

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZA BORGES FORTES LEANDRO

**A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRICS NA NOVA ORDEM
INTERNACIONAL**

Porto Alegre

2022

LUIZA BORGES FORTES LEANDRO

**A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRICS NA NOVA ORDEM
INTERNACIONAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Schonerwald da Silva

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Leandro, Luiza Borges Fortes
A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRICS NA NOVA ORDEM
INTERNACIONAL / Luiza Borges Fortes Leandro. -- 2022.
80 f.
Orientador: Carlos Eduardo Schonerwald da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. BRICS. 2. Relações Brasil-China. 3. Cúpulas do
BRICS. 4. Nova Ordem Internacional. I. Silva, Carlos
Eduardo Schonerwald da, orient. II. Título.

LUIZA BORGES FORTES LEANDRO

**A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRICS NA NOVA ORDEM
INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Schonerwald da Silva – Orientador
UFRGS

Prfa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e a todos que possibilitaram meu acesso a uma educação pública de excelente qualidade. É motivo de grande orgulho ter tido a oportunidade de cursar a graduação em uma instituição tão renomada quanto a UFRGS.

Mesmo que a autoria deste trabalho tenha sido individual, a execução dele não teria sido possível sem as diversas pessoas que me apoiaram e que moldaram minha caminhada de formação pessoal e profissional. Agradeço a todos os professores e professoras que compartilharam seus conhecimentos e experiências ao longo destes cinco anos de graduação, especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Schonerwald, que me transmitiu conselhos valiosos e essenciais não só para a escrita desta monografia, mas também para a minha vida acadêmica. Além disso, agradeço ao Centro Estudantil de Relações Internacionais (CERI), aos projetos de extensão do curso dos quais tive muito orgulho de fazer parte – em especial, o UFRGSMUNDI – e àqueles que compartilharam momentos comigo nestes espaços tão importantes para a minha formação.

Ademais, gostaria de agradecer às amigas que, sejam da faculdade ou não, me acompanharam em todos os momentos – bons e ruins – ao longo dessa trajetória, e que, com cada palavra de incentivo, ajudaram a tornar meus dias mais leves e felizes. Agradeço também aos meus colegas de trabalho, por entenderem os momentos de apreensão dos últimos meses e terem me dado o suporte que eu precisava para conseguir concluir esta etapa da minha vida.

Por fim, agradeço à minha família, que sempre me apoiou incansavelmente e confiou em mim, mesmo nos meus maiores momentos de insegurança. Em especial, aos meus pais, por terem me incentivado a estudar desde nova e terem dado todo o suporte necessário ao longo desses anos de aprendizagem, além de serem meus companheiros diariamente e grandes responsáveis por eu ser quem sou hoje; aos meus avós, Cleusa e Flávio, por se fazerem presentes mesmo de longe e torcerem por mim a todo momento; à minha dinda, Lizeane, por sempre apoiar as minhas decisões e ter sido essencial para a minha formação pessoal e acadêmica; e às minhas irmãs, Carol e Nadi, por me incentivarem e por todos os conselhos. Nada disso seria possível sem o suporte, compreensão e confiança de todos vocês.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar a criação e consolidação do BRICS, de um mero acrônimo citado em um estudo econômico a um grupo engajado com reuniões anuais através de ciclos de Cúpulas, num contexto de mudança no funcionamento do sistema internacional, que deixava de ser dividido entre bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos, e bloco comunista, liderado pela União Soviética, para uma supremacia incontestável estadunidense. Além disso, este novo cenário mundial contava com a China ascendendo como uma potência de extrema relevância político-econômica, além de um fortalecimento dos países emergentes, que buscam um maior espaço nas tomadas de decisão em fóruns multilaterais internacionais e afirmar sua relevância no sistema. Outrossim, são analisadas as relações bilaterais entre dois dos países do BRICS, Brasil e China, procurando entender como se deram os primeiros passos para estabelecimento de relações diplomáticas que evoluíram a uma parceria estratégica ainda no século XX.

Palavras-chave: Relações econômicas contemporâneas. Relações bilaterais Brasil e China. BRICS. Nova Ordem Internacional. Cadeias Globais de Valor.

ABSTRACT

The present monography aims to analyze the creation and consolidation of the BRICS, from a mere acronym cited in an economic study to an engaged group with annual meetings through Summit cycles, in a context of change in the functioning of the international system, which was no longer divided between a capitalist bloc, represented by the United States, and a communist bloc, led by the Soviet Union, for an undisputed USA supremacy. In addition, this new scenario had China rising as a power of extreme political-economic relevance, in addition to a strengthening of emerging countries, which seek greater space in decision-making in international multilateral forums and assert their relevance in the system. Furthermore, the bilateral relations between two of the BRICS countries, Brazil and China, are analyzed, seeking to understand how the first steps were taken to establish diplomatic relations that evolved into a strategic partnership in the 20th century.

Keywords: Contemporary economic relations. Bilateral relations between Brazil and China. BRICS. New International Order. Global Value Chains.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	SÉCULO XXI E AS PERSPECTIVAS GLOBAIS	10
2.1	AS EXPECTATIVAS ECONÔMICAS DO NOVO SÉCULO.....	10
2.2	A SITUAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	17
3	O BRICS	28
3.1	DOS PRIMEIROS PASSOS A UM GRUPO ENGAJADO	29
3.2	ANÁLISE DO GRUPO E PERSPECTIVAS FUTURAS	38
4	AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA	46
4.1	A ASCENSÃO CHINESA AO STATUS DE POTÊNCIA	46
4.2	DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS: BENEFÍCIO REAL OU APARENTE?.....	53
5	CONCLUSÃO	65
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O BRIC, desde sua primeira menção como apenas um acrônimo, é objeto de atenção nos trabalhos de internacionalistas globalmente. Não se imaginava, na época do estudo da *Goldman Sachs* que originou o termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que este iria virar um grupo com um engajamento e potencial de crescimento cada vez maiores, já que se tratavam de quatro países tão distintos e com enormes assimetrias econômicas e políticas – mas que, ao mesmo tempo, são importantes e representativos de formas individuais e complementares em diferentes áreas do sistema internacional –, muito menos que o grupo iria evoluir ano após ano e convidar a África do Sul para participar dele, mudando de BRIC para BRICS e contando com representantes de quase todos os continentes do mundo. Tais diferenças e incertezas levaram a diversas opiniões acerca do funcionamento do grupo e sua capacidade de conseguir construir uma atividade coletiva que supere suas assimetrias, sendo benéfica para todos os membros e que leve a uma remodelação da ordem internacional (FONSECA JUNIOR, 2013).

Frente a esse cenário, o objetivo principal da presente monografia é compreender a magnitude dos BRICS para a consolidação de um sistema internacional mais justo e equilibrado, analisando a evolução do grupo como um todo e buscando entender sua relevância internacionalmente, além da influência desse nas relações bilaterais entre Brasil e China. Para além disso, como objetivos secundários e específicos, tem-se cinco deles:

- a) o estudo e contextualização das mudanças ocorridas na virada do século XX para XXI, analisando as expectativas que se tinham – principalmente no que diz respeito aos cinco países do grupo – e como se desenvolveram as respectivas economias nos anos 2000;
- b) a análise da evolução do BRICS a partir da primeira citação do acrônimo, desenvolvendo um estudo acerca das iniciativas existentes e formas de cooperação entre os países do grupo, através do estudo das Declarações oriundas das Cúpulas anuais;
- c) considerações acerca das perspectivas sobre o futuro do grupo, possíveis ações ou concretizações de planos anteriores;
- d) a ascensão da China como uma grande potência do sistema e a contextualização das relações entre o país e o Brasil;
- e) a ponderação sobre as relações bilaterais entre Brasil e China, a fim de avaliar se foi uma evolução que trouxe resultados positivos para a economia brasileira.

Já a hipótese que fundamenta esse trabalho é a de que, com o maior engajamento do BRICS, houve um aumento de oportunidades econômicas e estratégicas para o Brasil, além de um estreitamento de relações entre os países do grupo. Complementar a primeira, a hipótese secundária diz respeito as relações bilaterais entre dois desses cinco países: o Brasil e a China. Assim, a segunda hipótese que ampara o trabalho é a de que a evolução da parceria econômica entre o Brasil e a China, apesar de parecer positiva num primeiro momento, não trouxe ganhos e evoluções significativas quando se leva em consideração a posição que o Brasil ocupa na dinâmica do sistema.

De forma a alcançar esses objetivos e validar as hipóteses, a metodologia de pesquisa aplicada nesta monografia é de cunho qualitativo, por meio da análise histórica-analítica da criação do BRICS, utilizando como foco os impactos econômicos da criação deste no cenário internacional e na economia e presença internacional brasileiras, utilizando-se de conceitos chave das Cadeias Globais de Valor (CGVs) para entender o dinamismo do sistema e comércio internacionais na economia contemporânea. Para produzir essa pesquisa, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico, através da análise de documentos oficiais do governo – tais como atas de reuniões, declarações das Cúpulas anuais –, livros, discursos políticos, análises de artigos científicos, notícias publicadas em jornais e revistas de grande circulação nacional e internacional à época dos acontecimentos, dentre outros materiais que vieram a complementar a pesquisa.

Este estudo é importante pela relevância de se entender os impactos da parceria estratégica com os outros quatro países do BRICS na economia brasileira e nas relações bilaterais que o país exerce com uma das maiores economias do mundo, a China. De acordo com Baumann *et al.* (2015), os cinco países possuem 42% da população mundial, mais de US\$ 4 trilhões em reservas – mesmo que de forma desigual entre os cinco, com vantagem chinesa nesse ponto –, 14% do PIB mundial, todas suas economias são classificadas como “grau de investimento”, e todos os países pertencem ao G-20 financeiro, fórum esse de extrema relevância na governança global. Além disso, estima-se que em conjunto, o BRICS superará em importância a economia dos Estados Unidos (BAUMANN *et al.*, 2015). Dessa maneira, entende-se a importância de estudar esse grupo de países que, apesar de diferentes, podem ter encontrado um caminho de forma a alinhar-se estratégica e economicamente, tendo assim um grande potencial de importantes mudanças internas e externas aos países pertencentes do grupo.

A presente monografia conta, além desta seção de introdução e uma final de conclusão, com três capítulos. O primeiro deles apresenta o conceito das CGVs e sua

influência na economia internacional, abordando um contexto geral da economia em sua história recente – em que se considera o final do século XX e da própria Guerra Fria, as expectativas econômicas existentes para os anos 2000, e os principais eventos ocorridos na primeira década do século XXI. Além disso, analisam-se brevemente as economias dos cinco países do BRICS durante o mesmo período, aprofundando-se, na segunda seção, na economia brasileira durante a história recente do país, dissertando sobre os mandatos presenciais e suas políticas econômicas, bem como seus posicionamentos internacionais. Já o segundo capítulo apresenta a criação e estruturação do BRICS, que começou apenas como um acrônimo num estudo econômico e evoluiu, ano a ano, a um grupo engajado, a partir do primeiro encontro entre os líderes dos quatro países em 2006 – tendo expandido para cinco oficialmente apenas em 2011. Para tal análise, trabalhou-se com as Declarações realizadas após as Cúpulas anuais e suas principais iniciativas. Em um segundo momento, buscando apresentar as perspectivas futuras do BRICS, será realizada uma análise de diferentes autores e suas ponderações acerca do grupo, de forma a entender as diferenças entre elas e suas complementariedades, além de gerar uma reflexão das possibilidades existentes para o grupo no futuro. No último capítulo, primeiramente entende-se como se deu a ascensão da China de um país marginalizado do sistema internacional a uma grande potência, tornando-se a segunda maior economia do mundo, para que secundamente seja realizada uma análise de como começaram as relações bilaterais do país com o Brasil, de forma apenas diplomática, evoluindo a uma parceria estratégica e de grande engajamento econômico em 1993. Por fim, tecem-se as considerações finais, apresentando as conclusões deste trabalho e uma breve análise dos acontecimentos recentes da história internacional, que com certeza virão a influenciar de forma intensa o futuro do grupo.

2 SÉCULO XXI E AS PERSPECTIVAS GLOBAIS

Com o fim da Guerra Fria e o novo século que se aproximava, as expectativas econômicas e políticas eram grandes: o mundo estava mudando, mas ninguém sabia ao certo em que direção estava indo. Apesar de os cinco países que viriam a compor o BRICS futuramente – Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul –, terem todos um peso considerável no Sistema internacional, eles enfrentavam, na época, suas próprias dificuldades políticas e econômicas internas, como o Apartheid na África do Sul e o fim da União Soviética. Além disso, no contexto internacional econômico, o principal fórum era o G7 (grupo formado pelos países Canadá, França, Itália, Alemanha, EUA, Japão e Reino Unido), representando grande parte da economia do globo e sem deixar espaço para outros debates e fóruns. Dessa forma, era improvável que, de todas essas mudanças que estavam ocorrendo no final do século XX, uma delas seria a formação desse grupo como ele existe hoje. Nas últimas décadas, contudo, houve uma transformação da divisão internacional de poder, conforme será visto no decorrer deste trabalho.

2.1 AS EXPECTATIVAS ECONÔMICAS DO NOVO SÉCULO

Desde 1970, o mundo já mudava sob a hegemonia dos Estados Unidos, com a decisão de abandonar o Sistema de Bretton Woods e desistir da Guerra do Vietnã, além de se aproximarem da China. Com o fim da Guerra Fria se aproximando e essas decisões por parte do governo estadunidense, viu-se uma grande transformação geopolítica do sistema mundial, tendo a China e os Estados Unidos como grandes atores desse sistema; entretanto, os EUA estavam com uma vantagem considerável nas últimas décadas do século XX, já que a China ainda “[...] digerira a própria mudança de estratégia econômica e geopolítica internacional.” (FIORI, 2004, p. 7), e, com isso, criou-se o desenho de uma nova forma de domínio estadunidense.

No início dos anos 2000, como uma adaptação das “Cadeias de *Commodities*” – citadas pela primeira vez na década de 1970 –, foi introduzido o conceito das Cadeias Globais de Valor (CGVs), que identificavam dois grandes pontos existentes na economia mundial: a fragmentação da produção entre diferentes países – auxiliando o entendimento da mudança do padrão de consumo e produção – e a especialização destes em atividades ao invés de produtos – em que cada país acaba competindo por posições dentro de cada cadeia de valor, ao invés de se especializar em setores específicos da economia (BACKER; MIROUDOT, 2014). Dessa

forma, alguns países têm desenvolvido vantagens comparativas em partes específicas da cadeia de valor, como a China, que tem em parte considerável de suas exportações um trabalho de montagem utilizando produtos importados/estrangeiros (AHMAD, 2013). A divisão de tarefas dentro do processo produtivo como um todo não é novidade alguma no Sistema, sendo algo já conhecido e implementado na história mundial ao menos desde Henry Ford¹. A novidade do conceito das CGVs é, contudo, essa divisão ser feita em larga escala entre diferentes países, com estruturas produtivas variadas, dependendo das características do produto e tecnologia existente (BAUMANN; PINELI, 2014).

Um dos pontos que auxiliaram essa fragmentação da produção extensiva e de forma mundial foi a redução significativa dos custos comerciais do início ao fim do processo, tanto para bens quanto para serviços, englobando aqui custos de transporte ou comunicação, frete, seguro, tarifas, impostos, entre outros (BACKER; MIROUDOT, 2014). Ainda segundo os autores, tal redução de custos foi possível não só devido ao grande avanço tecnológico que tivemos globalmente com o passar dos anos, mas também pela liberalização comercial e financeira, uma maior regularização em setores de transporte e infraestrutura e o aumento populacional – principalmente no continente asiático –, que teve como grande consequência o aumento da demanda como um todo e o incentivo ao comércio internacional.

De acordo com Koopman *et al.* (2010), são cinco os fatores que, analisados em conjunto, representam o valor total de exportações de um país. Referente ao produto final, temos o valor-agregado interno incorporado nas exportações de bens e serviços finais absorvidos pelo importador direto. Já quanto a produtos intermediários, temos o valor-agregado interno incorporado nas exportações de insumos intermediários utilizados pelo importador direto para produzir:

- a) produtos próprios de necessidade interna;
- b) bens para países terceiros;
- c) bens a serem reenviados ao país de origem;
- d) valor-agregado em países terceiros incorporados nas exportações brutas (“valor agregado estrangeiro utilizados nas exportações”).

Baumann e Pineli (2014), seguindo na mesma linha, defendem que as economias em desenvolvimento devem buscar escalar as cadeias de valor a que pertencem e sediar empresas que possuam o papel de integradora da cadeia, para que assim aumentem o valor-agregado

¹ Introdutor de alguns dos conceitos de produção em massa na indústria automobilística no final do século XIX, otimizando o tempo e facilitando a operação através da intercambialidade de partes e, posteriormente, da linha contínua (WOOD JUNIOR, 1992).

internamente e, conseqüentemente, evoluam para participação em atividades de maior teor tecnológico e atividades que agregam um maior valor ao bem ou serviço final.

As CGVs surgem como uma alternativa ao processo de substituição de importações, visto que esse não é aplicável universalmente, por necessitar de um mercado interno de tamanho considerável, sendo alvo de muitas críticas, por gerar uma dependência das importações. Segundo Baumann e Pineli (2014), as prioridades são invertidas quando o país opta por uma política industrial que favoreça as CGVs no lugar da substituição de importações: a primeira precisa de uma adaptação às condições de oferta, políticas horizontais – como qualificação da mão de obra e investimento em infraestrutura e pesquisa – e associa-se às atividades que viabilizam o processo produtivo, enquanto a segunda é determinada pela demanda e políticas verticais – cunho seletivo e numa agenda setorial – e o foco é voltado a atividade manufatureira final. Ademais, o novo modelo fornece benefícios econômicos internacionalmente, ao garantir acordos de preferências comerciais e de proteção de investimento direto e a possibilidade de ter acesso a insumos a preços internacionais; no entanto, além dos prós, também existem alguns contras, como a necessidade de adoção de uma agenda negociadora com maior flexibilidade para alterar suas políticas internas e a dificuldade de começar a fazer parte das CGVs, já que quem “decide” quais países irão participar delas são os principais agentes produtores/comercializadores do produto ou serviço em questão (BAUMANN; PINELI, 2014).

Analisando as governanças de cadeia de valor, Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) identificaram cinco tipos básicos:

- a) mercados, em que os custos de mudanças de parceiros são baixos para as duas partes e cujas ligações podem ou não ser transitórias;
- b) cadeias de valor modulares com os “serviços *turn-key*”, no qual os fornecedores assumem a total responsabilidade pela competência em torno da tecnologia de processo, investindo em insumos em nome do cliente;
- c) cadeias de valor relacionais, nas quais encontramos relações complexas que, muitas vezes, podem gerar dependência mútua, podendo ser ocasionadas pela localização geográfica, mas também pela confiança e reputação;
- d) cadeias de valor cativas, em que vemos fornecedores menores dependentes de compradores maiores, que frequentemente monitoram e controlam estes;
- e) hierarquia, caracterizada pelo controle gerencial ou entre matrizes e subsidiárias/afiliadas).

Ademais, o termo globalização, apesar de já vir sendo discutido desde tempos anteriores, teve sua difusão de forma ampla durante a década de 1990, num momento de pós-Guerra em que estava em alta o desenvolvimento de multinacionais e evoluções subsequentes das tecnologias de comunicação e informação (PIETERSE, 2012). Por muitos, essa é considerada como uma maneira de diminuir a distância entre regiões geograficamente afastadas, unindo Estados e sociedades numa rede de interação e sistemas globais. Por isso, é imprescindível estudá-la ao analisar o começo do século XXI e a formação de grupos com países em diferentes continentes, como é o caso do BRICS.

Segundo Tomé (2003), uma série de características definem o que chamamos de nova ordem internacional após o fim da Guerra Fria. Para fins deste trabalho, serão destacadas três delas: a nova geografia e a nova tipologia de conflitos, em que os países, durante qualquer fase de desenvolvimento, buscam garantir o acesso a recursos vitais – seja energia, água, minerais, dependendo da prioridade e necessidade de cada país –, levando a uma priorização da geoeconomia, como um resultado da globalização econômica; a Uni-Multipolaridade, representada pela hegemonia estadunidense, que muitas vezes dita as “regras do jogo”, mas também pelos Estados e seus agrupamentos dispostos a competir com os EUA – não pela hegemonia mundial em si, mas em termos político-estratégicos ou geoeconômicos em determinadas regiões; a aceleração da globalização, promovendo a diminuição das noções tradicionais de espaço através do desenvolvimento tecnológico, diminuição de custos e aumento de comunicações, como citado anteriormente, mas também gerando uma maior interdependência em diversos tópicos, tendo em vista que muitos ultrapassam fronteiras, como problemas ambientais e questões humanitárias. Assim, é inegável a influência que essa nova ordem internacional terá no Sistema, na qual cada país ainda busca seu espaço e relevância, através de disputas regionais e formação de novas alianças – o que explica, também, o aumento de fóruns multilaterais e processos de integração, sejam eles regionais (como o Mercosul), sejam eles através da formação de um grupo de cooperação (como o BRICS).

Dessa forma, levando em consideração esta nova ordem internacional, é importante entender que posição os países do grupo se encontram mundialmente e como eles têm se adaptado a essa nova ordem mundial. A Rússia, por exemplo, que estava diretamente envolvida na Guerra Fria deixou de ser uma superpotência com a dissolução da União Soviética e passou por um período de pouco menos de uma década marcado pela instabilidade de uma crise econômica, em que o país tentava fazer uma transição para uma economia de mercado, realizava uma série de privatizações de empresas estatais e buscava superar a

inflação, os desequilíbrios fiscais e a vulnerabilidade externa, decorrente de uma moeda desvalorizada internacionalmente (MANZI, 2018). A ausência de uma resposta por parte do governo russo na criação de políticas macroeconômicas para lidar com a crise foi o que levou a esse ajuste da taxa de câmbio nominal e ao aumento da inflação (ROBINSON, 2003). Todavia, foi por volta da virada do século que o país conseguiu recuperar-se economicamente, tendo um aumento considerável do PIB ano a ano e mais que quadruplicando entre 1999 e 2008² (WORLD BANK, 2022). Segundo Robinson (2003), essa recuperação se deve a alguns pontos chave, sendo um deles a evolução do preço e da demanda de *commodities* energéticas³ – como o petróleo e o gás natural –, um dos setores mais importantes da economia russa. Outro ponto abordado pelo autor como motivo da recuperação econômica do país foi o estímulo à substituição de importações em larga escala, devido à depreciação da moeda russa – e a manutenção efetiva tanto de uma vantagem competitiva quanto de um estímulo à produção das exportações líquidas.

Por outro lado, com a virada do século, houve um o aumento do investimento global na Tecnologia da Informação (TI), o que gerou um grande *boom* nas exportações chinesas desses produtos, levando a China à posição de fornecedora mundial de produtos de TI e bens de consumo industriais para o mercado ocidental – consolidando, assim, o país como um segundo polo no sistema mundial e fornecendo esses bens também para outros países da região asiática, como o Japão (MEDEIROS, 2006). Com essa mudança no comércio regional e internacional, o país se destacava pelas elevadas taxas de crescimento, que se dava, entre outros fatores, pela maior abertura comercial e altas taxas de poupança e investimento, além da atração a investimentos externos, do investimento em capital humano e da política de proteção a choques externos e a possível volatilidade dos fluxos de capitais, estabilizando assim a economia e transformando a China em uma “máquina de crescimento” (ANDRADE, 2006).

Já a Índia, que passou cerca de duzentos anos sob domínio colonial, finalmente obteve seu despertar econômico – mesmo que modesto, comparado ao chinês – após a independência do país e o fim do período de colonização, superando a estagnação enfrentada nas décadas anteriores. Com isso, a Índia passa a evoluir economicamente, principalmente a partir de 1980, com uma taxa de crescimento do PIB de em média 3,5%, tendo alcançado 7,6% na

² O PIB do país em 1999 era de cerca de 196 milhões, passando a 1,6 bilhões em 2008, pouco antes da crise financeira mundial (WORLD BANK, 2022).

³ O preço médio do barril de petróleo bruto, no mercado internacional aumentou de U\$ 15 em 1998 para cerca de U\$ 68 em 2006, atingindo seu ápice dos últimos 30 anos em junho de 2008, com a unidade custando U\$ 133 (INDEX MUNDI, 2022)

primeira década do novo século, consolidando-se como uma das economias em maior crescimento do mundo e deixando de ser vista como a representação da pobreza e da fome (DRÈZE; SEN, 2015). Ademais, de acordo com Nassif (2006), uma combinação de três fatores explica esse forte desempenho econômico do país:

- a) reformas estruturais de forma contínua, iniciadas em 1980, para propiciar o aumento da produtividade econômica;
- b) uma política macroeconômica que objetiva crescimento econômico e geração de empregos;
- c) uma visão estratégica de longo prazo, através da privatização de algumas atividades do setor público, mas mantendo o planejamento e a presença estatal naqueles setores com pouca iniciativa privada devido a menor atratividade econômica.

Drèze e Sen (2015), contudo, apontam que os avanços alcançados no final do século XX e início do século XXI ainda não são suficientes. Os autores argumentam que o país apresenta índices altos de desigualdade social – um fator que este tem em comum com a China –, bem como uma estagnação no valor do salário real e uma falta de investimento necessário considerável nos setores de infraestrutura e serviços sociais essenciais para a população indiana.

Ao estudar as últimas décadas de uma das maiores economias do continente africano, temos a África do Sul que viveu por 46 anos o regime do Apartheid (de 1948 a 1994). Durante esses anos, existia em vigor uma série de políticas protecionistas que serviam como barreira tanto para exportações quanto para importações, deixando a economia dependente de tendências globais favoráveis dos preços das *commodities*, visto que, caso não o fossem, a economia do país sofreria restrições externas sérias (EDWARDS; LAWRENCE, 2006). Segundo os autores, dado esse cenário e os recursos naturais existentes, a África do Sul acabou por desenvolver uma vantagem comparativa em produtos primários e manufaturados com certo grau de intensidade de capital. Em 1996, buscando alterar essa realidade e desenvolver economicamente a África do Sul, foi introduzida uma nova estratégia pelo governo, chamada Crescimento, Emprego e Redistribuição⁴. Dessa forma, algumas propostas foram elaboradas: crescimento econômico de 6% ao ano; abertura de 1,3 milhões de vagas de empregos fora do setor agrícola; aumento de cerca de 11% da exportação de manufaturados e de 12% na taxa de investimento real (VISENTINI; PEREIRA, 2010). A liberalização realizada na década de 1990, inclusive, responsável pela redução dos custos dos insumos e a

⁴ Termo traduzido do inglês *Growth, Employment and Redistribution*, comumente conhecido como GEAR.

consequente rentabilidade relativa de vendas domésticas, resultou num impulso não só das importações, mas também das exportações realizadas pelo país (EDWARDS; LAWRENCE, 2006). Durante os primeiros anos do novo século, antes da crise financeira mundial de 2008, o país cresceu de forma consistente⁵, com aceleração principalmente no período entre 2004-2007, numa média de 5,2% – um período internacionalmente favorável – e com destaque para os setores de serviços, que cresceu uma média de 4,2% durante o período, e de turismo, que representava 8% do PIB no ano de 2007 (DATHEIN, 2010).

A crise financeira de 2008, ao contrário do que muitos estudiosos pensavam, balançou a economia mundial e as perspectivas econômicas como um todo de forma intensa – similar a quebra da bolsa em 1929 –, atingindo também os países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China, visto que a crise não afetou apenas as relações com os Estados Unidos, mas também todas as CGVs às quais os países estavam inseridos (ROUBINI; MIHN, 2010). As exportações caíram de forma geral – chegando a 45% no caso japonês –, diversos países enfrentaram uma profunda recessão e outras nações, que apesar de não terem entrado numa recessão tão grande, ainda assim registraram quedas drásticas no ritmo de crescimento anual – no caso da China, de 13% para 7%, abaixo do que é considerado sustentável para o país (ROUBINI; MIHN, 2010). Foram diversos os fatores que explicaram a crise, entre eles o preço das *commodities* – que, num primeiro momento, tiveram um aumento rápido e beneficiaram os exportadores, mas após poucos meses despencaram devido à falta de demanda de países que já estavam mais aprofundados na crise financeira (ROUBINI, MIHN, 2010). Cada vez mais, a crise refletiu a necessidade latente de coordenação e cooperação entre os países, levando assim a transformação do G20 financeiro – grupo criado em 1999 entre as maiores economias do mundo – no principal fórum para a cooperação econômica e financeira internacional; no entanto, pela falta de consenso e a grande heterogeneidade dentro do grupo, a união foi padecendo conforme os anos passaram e a crise era superada (MANZI, 2019).

Quando tratamos dos países emergentes, puderam ser identificados dois “tipos” de origens dos problemas durante a recessão. Num geral, estes já dependem do capital estrangeiro de países desenvolvidos, então, no primeiro caso, quando os desenvolvidos entram em crise, os emergentes acompanham – como aconteceu com a Rússia, que enfrentou uma abrupta inversão no fluxo de capitais devido ao medo dos investidores e fuga dos mesmos para refúgios seguros, ou seja, economias já desenvolvidas (ROUBINI; MIHN, 2010). Contudo, do outro lado da moeda, tivemos países como a China (principalmente), mas também Índia e

⁵ Segundo dados do Banco Mundial, o PIB do país foi de 151 bilhões de dólares em 2000 de 333 bilhões em 2007 (WORLD BANK, 2022).

Brasil, que estavam em superávit – o que, num cenário comum, faria as moedas locais serem valorizadas internacionalmente; entretanto, através da intervenção intensa dos governos, houve a manutenção da moeda desvalorizada para que o ritmo de exportações não diminuísse, mas, como consequência, houve também um acúmulo de moedas estrangeiras e um crescimento do dinheiro em circulação, provocando a inflação e as bolhas de ativos, o que tornou, assim, as economias emergentes frágeis e suscetíveis a choques súbitos (ROUBINI; MIHN, 2010).

Apesar dessa grande crise financeira que atingiu diversos países mundialmente, e os próprios BRICS de formas diferentes, as expectativas para os países pertencentes do grupo neste novo século continuavam sendo de certa forma otimistas. Mesmo com conflitos internos, políticas internacionais e governos seguindo caminhos distintos, ao observar o panorama geral desses cinco países durante as últimas duas décadas, temos a China consolidada como a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, seguindo crescendo ano após ano. Através da estabilidade econômica conquistada pela Rússia, o país conseguiu reerguer sua imagem internacional e alcançou a décima primeira colocação do ranking anual elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). No mesmo ranking, o Brasil chegou a ser considerado a sexta maior economia em 2011, situando-se hoje no décimo lugar. Já a Índia mantém taxas de crescimento anual aceleradas e, ocupando a posição que já foi brasileira, é classificada como a sexta maior economia do planeta. Por fim, a África do Sul que, mesmo não sendo considerada uma grande economia do mundo, também passou pelo processo de reconstrução de imagem e posicionamento internacionais após o fim do apartheid, fortalecendo a democracia e economia do país e recuperando assim a confiança internacional para atrair investimentos (INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF, 2021; REIS, 2013). Na próxima seção, será apresentado um estudo aprofundado da economia brasileira nas últimas décadas, apontando mudanças estruturais e estratégicas ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso a Jair Bolsonaro.

2.2 A SITUAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil é o quinto maior país do planeta em termos territoriais, correspondendo a 48% da área total da América do Sul; é também o com maior população e com a maior economia do continente, além de ser a 10ª economia do mundo: mesmo assim, a inserção brasileira no comércio internacional e na participação de CGVs é muito inferior ao que poderia ser, considerando a relevância global do país. A falta de participação nessas cadeias é

explicada tanto pela relativamente baixa diversificação da indústria e pouca utilização de componentes importados na produção, quanto pelas barreiras impostas às importações de insumos industriais a custos baixos – como equipamentos, peças e matérias-primas –, que gerariam uma maior competitividade na transformação industrial (BAUMANN; PINELI, 2014). Dessa forma, a indústria brasileira acaba ficando consideravelmente isolada do mercado internacional, resultando em uma falta de absorção de novas tecnologias através da importação de insumos para setores em desenvolvimento e em uma consequente desvantagem competitiva relevante, visto que os países pertencentes as CGVs se valem disso para ganhar competitividade (PINHEIRO, 2014).

Com o fim da Ditadura Militar, iniciou-se a transição democrática no Brasil, que acabou sendo um período de muita instabilidade econômica – marcada pela oscilação da taxa de crescimento e processos inflacionários, além de atrasos tecnológicos e baixos níveis de investimento produtivo; o contexto internacional, contudo, estava começando a tornar-se mais favorável na década de 1990, devido a nova ordem internacional baseada na globalização comercial, produtiva e financeira, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, em meados dos anos 1990, época que começa o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), consolidaram-se, entre outros, dois movimentos importantes que já haviam surgido anteriormente na história brasileira: a política de inserção internacional e a orientação econômica liberal-moderada (SALLUM JUNIOR; GOULART, 2015). Como uma forma de ruptura com o desenvolvimentismo das últimas décadas – mais especificamente, implementado desde o governo de Getúlio Vargas em 1930 –, esse novo modelo de crescimento econômico brasileiro foi muito apoiado nos preceitos do Consenso de Washington⁶, com forte viés liberal e influência da hegemonia estadunidense; assim, deixou-se de lado o forte protecionismo brasileiro, a maior intervenção e participação do Estado, e o processo de substituição de importações como forma de ampliar o parque industrial do país, colocando no lugar a abertura comercial – através da redução de tarifas comerciais e supressão das barreiras antes protecionistas – e a privatização – eliminando monopólios estatais tidos como ineficientes (SILVA, 2012). Ainda segundo o autor, tal abertura comercial resultou em um choque de competitividade aos produtores e fornecedores locais, forçando os

⁶ Reunião realizada em 1989 na capital dos Estados Unidos, em que foram debatidas uma série de tópicos, com o principal objetivo de ampliar o neoliberalismo nos países latinos e o desenvolvimento deles. Algumas das recomendações foram a abertura comercial e financeira, privatizações e reformas pró-mercado, e a condução ortodoxa da política econômica, através dos juros altos e contenção de gastos correntes (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

mesmos a se adaptarem a esse novo contexto do mercado, gerando uma migração para setores com baixa complexidade tecnológica e redução do valor-agregado da indústria nacional.

A partir dos anos 1990, então, houve uma melhora no grau de eficiência produtiva, através da combinação de três fatores: racionalização da produção, redução do grau de verticalização e a substituição já mencionada de insumos locais por importados – fatores esses que, no entanto, não estavam associados a uma estratégia de modernização dos processos industriais e de expansão de capacidade. Outro ponto observado é a evidenciação da assimetria existente ao analisar o balanço entre presença estrangeira e internacionalização brasileira, visto que existe uma quantidade elevada de empresas estrangeiras localizadas no Brasil para uma baixa presença de empresas brasileiras internacionalizadas – e, ainda, quando há internacionalização, vê-se um investimento concentrado em setores de área de serviço, extração mineral e produção de *commodities* –, o que implica no maior dinamismo nos fluxos de Investimento Direto Externo (IDE) ocorrido durante a década e o início dos anos 2000 (SARTI; HIRATUKA, 2011).

Dessa maneira, segundo Teixeira e Pinto (2012), ao contrário do que FHC esperava, as reformas na verdade acabaram por gerar uma grande – e permanente – instabilidade macroeconômica e um padrão de crescimento *stop and go*⁷, sendo parte dessa situação explicada pela vulnerabilidade externa pela qual a economia brasileira estava passando, afetada pelas frequentes turbulências do mercado financeiro internacional, que eram respondidas com a contenção de investimentos públicos e, ainda, com juros elevados, buscando não só atrair o capital estrangeiro mas também impedir a saída do mesmo do país – resultando, porém, em uma explosão de dívidas públicas externas e internas. Por consequência, a economia brasileira enfrentou um período de baixas taxas de crescimento e expressiva queda da formação bruta de capital – com um PIB que cresceu moderadamente de 1995 a 1998, mas que logo após caiu consideravelmente até 2002 –, de elevado desemprego e de deterioração fiscal; no contexto mundial, tais reformas levaram o Brasil a um cenário de dependência financeira externa, tendo que lidar com as exigências e condicionalidades impostas pelo FMI devido aos empréstimos realizados para o país (TEIXEIRA; PINTO, 2012; WORLD BANK, 2022).

Em 2002, ano das eleições, o Brasil – que já sofria com a crise econômica – entrou num momento de forte especulação, devido à grande incerteza dos investidores no futuro do país; com isso, houve uma aceleração da inflação, um aumento na dívida líquida do setor

⁷ Termo utilizado para se referir a alternância entre fases de crescimento mais baixas do PIB com outras de maior dinamismo.

público e grande parte das reservas internacionais eram fundos do empréstimo concedido pelo FMI (BARBOSA; SOUZA, 2009). E foi nesse cenário, portanto, que Luís Inácio Lula da Silva venceu o candidato do PSDB (partido de FHC) e assumiu a presidência em 2003. Durante os primeiros anos do governo, a linha de política macroeconômica proposta por FHC anteriormente foi em grande parte mantida – composta por regimes de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, pilares esses que foram sintetizados com a criação do Plano Real em 1994 (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Analisando mais detalhadamente, o primeiro ano de governo de Lula foi marcado pela depreciação cambial iniciada em 2002 e também pelo crescimento intenso da economia mundial, o que deu o impulso necessário às exportações brasileiras para iniciar a recuperação econômica; no entanto, apesar do crescimento do PIB, da desaceleração da inflação e da redução da taxa Selic, a desigualdade social ainda era intensa, então para grande parte da população, a situação era mais crítica, com baixa no consumo doméstico e também nos investimentos (BARBOSA; SOUZA, 2009). Ainda segundo os autores, a partir da aceleração do crescimento e de algumas ações como a minirreforma tributária⁸, nos anos seguintes do governo, pôde-se destinar recursos para duas prioridades político-econômicas: diminuir a desigualdade social através da ampliação das transferências de renda aos estratos mais baixos e aumentar o resultado primário, buscando diminuir a dívida pública herdada do governo anterior.

O objetivo do presidente era criar, através de Leis, instituições e medidas⁹, um ambiente que possibilitasse uma maior inserção brasileira no mercado internacional, abrindo caminho para o envolvimento em CGVs e concepção de vantagens competitivas – assim, entendendo o quão complexa era a estrutura produtiva do país e os diferentes papéis que os setores detêm na dinâmica de desenvolvimento, pôde-se criar uma política econômica com enfoque no industrial e no tecnológico, buscando inovação e agregação de valor-agregado aos produtos brasileiros (CANO; SILVA, 2010). Além disso, o governo buscava também diminuir a desigualdade social e aumentar demanda interna, o que só foi possível graças à expansão do mercado de trabalho em empregos formais, à política de aumento do salário mínimo e ao estímulo do consumo e da produção industrial, o que possibilitou que toda a população, inclusive as classes mais baixas de renda, aumentassem o seu consumo familiar e,

⁸ Aprovada no final de 2003, implementou dois regimes de arrecadação: Programa de Integração Social (PIS) e COFINS, estendendo ambas para as importações, além de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2007 (BARBOSA; SOUZA, 2009).

⁹ Cabe o destaque da implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) pelo governo federal em 2004, que é considerada como um plano de ação com o objetivo de aumentar a eficiência da estrutura produtiva e da capacidade de inovação das empresas brasileiras, bem como de ambicionar a expansão das exportações, além de ter servido como base de futuras políticas industriais adotadas no país (ALMEIDA, 2011).

posteriormente, expandissem para os investimentos – resultando na retomada de um mecanismo de retroalimentação dinâmica da economia (SARTI; HIRATUKA, 2011). Ademais, observava-se um dinamismo industrial distinto daquele apresentado em períodos anteriores – dessa vez, ele é sustentado pela expansão das demandas externa e, principalmente, interna, tendo os investimentos peso crescente na segunda. Tal crescimento foi possível devido a superação da crise ocorrida durante o governo FHC, através dos superávits comerciais acumulados, possibilitando o financiamento do déficit estrutural na conta de serviços e rendas das transações correntes, além de acumular reservas internacionais (SARTI; HIRATUKA, 2011).

Ainda entre 2004 e 2005, o governo iniciou uma série de ações para desenvolver social e economicamente o país, dando destaque à implementação de uma posição mais ativa no combate à pobreza – com a criação do programa Fome Zero e posteriormente integrando esse na constituição do Bolsa Família –, à aceleração e difusão de concessões de crédito e crédito consignado, ao crescimento dos saldos comercial e em conta corrente, ao aumento das reservas internacionais e, por fim, à quitação da dívida de US\$ 23,3 bilhões com o FMI no final de 2005 (BARBOSA; SOUZA, 2009). Dessa maneira, o último ano do primeiro mandato do presidente começou de forma positiva e, especialmente, no segundo governo, houve uma inflexão na economia brasileira e os resultados macroeconômicos melhoraram de forma considerável, concretizando a diminuição da desigualdade social proposta nos anos anteriores.

Essa inflexão foi muito caracterizada por algumas políticas fiscais implementadas ainda em 2006 pelo governo, como a elevação substancial do salário-mínimo – na qual foi realizado um dos maiores ajustes percentuais do período, o que resultou no estímulo do mercado doméstico e na consolidação do modelo de desenvolvimento com distribuição de renda –, o aumento no investimento público – que vai ser mais detalhado no decorrer da análise –, e a reestruturação de carreiras dos servidores públicos – com aumentos para cargos típicos do estado, ampliação de concursos públicos e substituição de funcionários terceirizados por funcionários públicos (BARBOSA; SOUZA, 2009). Ademais, o cenário internacional entre 2006-2008 seguia impulsionando a economia brasileira, principalmente no que diz respeito ao crescimento mundial acelerado – que pode ser considerado até o início da crise financeira –, ao aumento dos preços internacionais das *commodities* e à ampla liquidez dos mercados financeiros (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O aumento dos investimentos públicos, principalmente em infraestrutura e em setores industriais exportadores, tornou-se uma prioridade para o governo federal – posteriormente, essas ações foram ampliadas para outros setores industriais e para a construção civil, sendo

assim muito beneficiados pelo ciclo de crescimento e investimento, mesmo que não fossem grandes responsáveis pela situação econômica em que o país se encontrava (SARTI; HIRATUKA, 2011). As políticas criadas foram centralizadas no Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), instituído com o objetivo de, segundo documentos oficiais do governo¹⁰, “estimular o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura, de modo a eliminar os gargalos da economia, organizar as ações de diversos órgãos do governo e viabilizar o crescimento da capacidade produtiva do país”, sendo o BNDES detentor de papel fundamental como agente financeiro desses projetos de investimento. Apesar do investimento em infraestrutura ainda ser baixo (0,7% do PIB durante os dois anos iniciais) e das dificuldades encontradas pela burocracia de licenciamentos e fiscalizações pelos setores públicos, o PAC foi um sucesso na aceleração do crescimento econômico e no aumento da taxa de investimento da economia, além de influenciar na ampliação dos investimentos privados – principalmente no setor de construção e bens de consumos duráveis – e iniciar uma série de desonerações tributárias como forma de incentivar o investimento privado e a demanda doméstica, que posteriormente saíram do âmbito do PAC e passaram a ser coordenadas pela Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP¹¹ (BARBOSA; SOUZA, 2009). No período anterior à crise, o Brasil se encontrava num cenário majoritariamente positivo: elevado estoque de reservas internacionais – e, conseqüentemente, contava com uma vulnerabilidade externa reduzida –, rendimento médio e massa salarial no setor produtivo crescendo expressivamente, entrada maciça de capitais externos no país e aumento no investimento direto de brasileiros no exterior (BARBOSA; SOUZA, 2009)

Como mencionado anteriormente, também diferente de ciclos de expansão anteriores, o crescimento econômico brasileiro desta vez foi interrompido por um fator que independia da política econômica, não sendo associado a desequilíbrios causados pelo próprio crescimento: a crise financeira de 2008. O reflexo da crise no Brasil foi de dois trimestres consecutivos de queda no PIB, devido a uma combinação de derrubada dos índices de confiança no país – causada pela depreciação cambial, restrição da liquidez e queda na demanda internacional pelos produtos locais – e desaceleração do consumo e investimentos, atingindo fortemente também a indústria, que enfrentou a contração de vendas e da produção, bem como dos empregos no setor e cancelamento de projetos de investimentos (SARTI; HIRATUKA, 2011;

¹⁰ Tais documentos podem ser encontrados na Biblioteca Digital do Ministério da Economia, disponível em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/338>.

¹¹ Contemplado 24 setores da economia, o PDP tinha o objetivo de fazer o Brasil alcançar a marca de 1,25% de participação nas exportações mundiais até 2010, além de buscar ampliar o número de pequenas empresas exportadoras (CANO; SILVA, 2010).

BARBOSA; SOUZA, 2009). Segundo estes autores, as medidas fiscais, monetárias e financeiras implementadas durante o período ajudaram a lidar com a crise, mesmo que sua implementação não tenha sido tão intensa quanto em outros países, e essas podem ser divididas em três grupos: ações adotadas anteriormente à crise, mas que ajudaram durante essa, ações emergenciais exclusivamente para tentar evitar danos colaterais e, por fim, novas ações estruturais que permaneceriam após a superação do momento. Apesar da crise, a recuperação das contas externas brasileiras foi consideravelmente rápida, graças ao “excesso de liquidez” da economia mundial, que fez com que parte desse capital fosse deslocado para o Brasil, visto que as aplicações em carteira eram de alta rentabilidade, à recuperação acelerada da atividade econômica através do aumento do mercado interno, disponibilizando novos mercados rentáveis aos investidores e às políticas implementadas para enfrentar o cenário conturbado (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Portanto, apesar dos primeiros anos de governo terem sido de certo modo um reflexo das políticas já implementadas por FHC, e com o colapso econômico mundial de 2008 no meio do mandato de Lula, ao olhar o contexto geral macroeconômicos do período completo (2003-2010), vê-se que os resultados foram positivos, com evidência para dois principais pontos: o PIB, que atingiu a taxa de crescimento 4,1% ao ano, em contraponto a 2,4% nas últimas duas décadas, e os superávits nas balanças de pagamentos, que geraram resultados muito positivos nas contas externas e permitiram quitar as dívidas com o FMI (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Contudo, chama-se a atenção para o “[...] recente e gradativo aumento de políticas industriais que tendem a aprofundar esse modelo de desenvolvimento autárquico, no qual insumos intermediários são fortemente protegidos da competição internacional.” (PINHEIRO, 2014, p. 37), fator que desestimulava a entrada do país nas CGVs, que têm sido crescentemente presentes e importantes no Sistema internacional.

Com expectativas positivas para os anos seguintes, devido aos resultados apresentados durante o fim do governo Lula e a recuperação no período pós-crise, Dilma Rousseff assumiu a presidência em 2011. A política econômica do governo passou a ser mais contracionista: aumento da taxa de juros e metas fiscais que miravam no cenário anterior à crise, buscando conter a inflação – que estava em alta – e reduzir a demanda agregada, além de tentar alcançar um maior estímulo do setor industrial, que sofria com a acirrada competição externa, através de medidas fiscais como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a criação do Plano Brasil Maior¹²; contudo, os estímulos dados não foram suficientes, a

¹² Programa do Governo Federal lançado em 2011 com o objetivo de incentivar o desenvolvimento industrial, tecnológico e do comércio exterior.

produção industrial parou de crescer, as importações aumentaram em 1,2% e o incentivo à demanda beneficiaram multinacionais e empresas externas (PAULA; PIRES, 2017). Em meados de 2012 e durante 2013, a presidenta já era vista com desconfiança tanto interna quanto externamente, recebendo duras críticas internacionais ao seu governo – por jornais, revistas e até instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) – durante o seu mandato e enfrentando situações econômicas já adversas: redução da taxa de crescimento de 7,5% para 1,0% em 2012, desaceleração do consumo familiar e dos investimentos e restrição maior ao crédito (CONTRI, 2014). O modelo de crescimento iniciado anteriormente – o mercado inteiro e a redistribuição de renda, combinados à manutenção dos juros elevados e apreciação cambial – já tinha limites claros e mostrava-se não mais suficientes para alavancar a economia do Brasil, visto que o dinamismo industrial já era baixo e o país caminhava para uma reprimarização da pauta exportadora (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Outrossim, em resposta à crise e como forma de sustentação das atividades nos países centrais, muitos utilizaram-se de uma política fiscal ativa e de cooperação internacional efetiva, tentando fugir da depressão, o que acabou pesando nas políticas monetárias (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2018). Assim, o contexto internacional, diferente do que foi visto no primeiro mandato de Lula, era desfavorável para o Brasil e de desaceleração geral no crescimento, caindo de 5,1% em 2010 para 3,1% em 2013, muito devido à crise do euro – que ameaçava a estabilidade da União Europeia –, à recuperação lenta estadunidense no período pós-crise e à desaceleração dos países emergentes – principalmente China e Índia; dessa forma, o reflexo no Brasil foi de uma expressiva redução de demanda por exportações brasileiras, levando à uma queda nas exportações de 12% (de 2011 a 2014) mesmo com as iniciativas de desvalorização cambial associada a redução da Selic – chamada de “Nova Matriz Econômica” –, o que acabou por descompassar a balança comercial do país (PAULA; PIRES, 2017).

Em 2014, ano de eleição, o ministro da Fazenda de Dilma reconheceu que algumas das medidas macroeconômicas implementadas pelo governo precisariam ser ajustadas para que se iniciasse um novo ciclo de expansão, buscando a aprovação da iniciativa privada e dos empresários através de promessas que os beneficiassem, visto que os investimentos vinham caindo gradativamente desde o início do mandato (JIMÉNEZ, 2014). Neste mesmo ano, houve a confirmação de que, após 17 anos de superávit positivo do PIB brasileiro, tinha-se um déficit de 0,6%, o que fez com o que o governo implementasse ajustes neoliberais que tentavam aumentar os investimentos privados através da concessão de uma maior consistência

da política econômica – em parte para enfrentar a crise, em parte para agradar a oposição insatisfeita com as medidas governamentais (CARLEIAL, 2015). Ademais, entre 2015 e 2016, quando houve a reeleição da presidenta, a economia sofreu uma série de choques que levaram a uma ainda maior desaceleração econômica – atingindo a marca de uma variação negativa de 3,6% –, sendo alguns desses choques: a desvalorização da moeda, a deterioração dos termos de troca e o aumento da taxa Selic, entre muitos outros; tendo em vista esse panorama, o governo optou por adotar políticas mais ortodoxas, buscando implementar um ajuste fiscal, um superávit primário de 1,2% do PIB, o reajuste dos preços de energia e petróleo, além de aumentar ainda mais a taxa Selic (PAULA; PIRES, 2017). Em dezembro de 2015, iniciava-se o processo de impeachment da presidenta, que, apesar de ainda buscar soluções e estratégias com o ministério da Fazenda para superar a crise instaurada no Brasil, teve seu governo paralisado pela crise política, não conseguindo implementar nenhuma das medidas estruturadas. Em 31 de agosto de 2016, encerrava-se o processo com o resultado de cassação do mandato de Dilma Rousseff – acusada de crime de responsabilidade pela prática de “pedaladas fiscais” e edição de decretos de abertura de crédito sem autorização do Congresso –, dando oficialmente lugar ao seu vice de governo, Michel Temer, que já havia assumido interinamente o cargo em maio do mesmo ano permaneceu no posto até o fim de 2018 (PAULA; PIRES, 2017; IMPEACHMENT..., 2016).

Após a recessão enfrentada durante 2014 a 2016, durante os próximos três anos, o país passou por um período de estagnação e aguda desaceleração econômica, com uma recuperação lenta – o único setor que continuou a se expandir, por exemplo, foi o agropecuário, tendo os outros declinado desde 2015 –, além de um crescimento do desemprego e da concentração de renda, de um aumento de endividamento das famílias¹³ e consequente diminuição do consumo das mesmas – gerando uma grande falta de demanda no mercado interno – e de uma quase nula recuperação da formação bruta de capital fixo (OREIRO; PAULA, 2019). Além disso, ainda de acordo com os autores, a inflação oscilou devido ao choque de oferta causado pela desvalorização cambial e aumento dos preços de energia e petróleo, variando de 10,7% a.a. em 2015 para 3,75% a.a. em 2018, abaixo do centro da meta. Por outro lado, o contexto internacional agora parecia estar tornando-se favorável, com a atividade econômica global se consolidando de forma positiva, com expectativas de crescimento, e a recuperação cíclica que vinha ocorrendo desde meados de

¹³ O endividamento das famílias cresceu de 18,5% (em 2005) para 46,6% em 2016. Além delas, as firmas também estavam fragilizadas economicamente, devido ao aumento das despesas em relação a geração de caixa (OREIRO; PAULA, 2019).

2016 continuou a fortalecer-se (IMF, 2018); contudo, em 2019 a atividade econômica desacelerou notavelmente, tendo a menor previsão de crescimento global desde 2008-2009, e contando com o declínio do crescimento chinês, aumento nas tensões comerciais entre China-EUA e instabilidade econômica do euro, sem previsão de retomar o crescimento de forma imediata (IMF, 2019). Este contexto mundial foi principalmente intensificado após março de 2020, com o início da pandemia da Covid-19, que resultou em severas medidas para proteção da saúde da população e, conseqüentemente, afetou a economia global e as relações comerciais como um todo (IMF, 2020).

Ainda em 2016, Temer propôs e aprovou a PEC 55: um ajuste fiscal para os próximos 20 anos via Emenda Constitucional, que criou um teto para as despesas públicas – através da redução de salários e de gastos públicos –, para que assim as contas melhorassem e o país restaurasse a competitividade da economia (CARVALHO; COSTA FILHO, 2019). De acordo com a PEC, a partir de 2018, o aumento dos gastos públicos fica limitado pela inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); para o primeiro ano de vigência, o teto é definido com base na despesa primária paga/a pagar em 2016, com a correção de 7,2%, que é inflação prevista para o ano correspondente (PEC..., 2016). Em 2019, o contingenciamento seguia a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na qual o governo deve ter meta de resultado primário, sendo esse resultado baseado na projeção de receita e uma autorização de despesa – podendo acontecer ou não na prática; dessa forma, no caso de não acontecer, teríamos duas hipóteses: a economia crescer mais e mais rápido do que o projetado inicialmente, tendo conseqüentemente receitas tributárias maiores e uma possibilidade de realizar mais gastos, contribuindo para a aceleração da expansão econômica; o crescimento econômico ficar abaixo do projetado, com conseqüentes receitas tributárias abaixo, forçando o governo a cortar despesas ligadas ao serviço público para cumprir a meta de resultado primário – ou seja, temos uma política fiscal expansionista quando a economia está em expansão, e uma contractionista quando está em contração (BARBOSA, 2019).

Ademais, segundo Oreiro e Paula (2019), Temer iniciou uma série de reformas institucionais e econômicas no país, dando destaque para a reforma trabalhista, aprovada em 2017, que implementou uma série de flexibilizações no mercado e poderá resultar numa precarização das relações de trabalho, levando em consideração a situação econômica em que o Brasil se encontra. Temer ainda tentou implementar a reforma da previdência, mas devido às instabilidades políticas do seu governo, não conseguiu. Bolsonaro, que assumiu a presidência após Temer, em 2019, acabou encarregando-se essa reforma, mantendo alguns dos pontos escritos pelo ex-presidente, como a alteração da idade mínima para aposentadoria

e das regras de pensão hoje existentes, mas também acrescentando novos, como a criação de um sistema de capitalização para que o trabalhador possa financiar sua própria aposentadoria; assim, foi entregue em 2019 a Proposta de Emenda à Constituição e, apesar das muitas polêmicas e intensas discussões entre os políticos envolvidos, foi aprovada ainda no mesmo ano (MARCHESAN, 2019). Outros dois fatores importantes implementados nos governos Temer-Bolsonaro, segundo Oreiro e Paula (2019, p. 25), foi a privatização das empresas estatais que “[...] certamente implicará numa perda do comando do capital nacional estatal sobre setores estratégicos para economia brasileira, como o caso de petróleo e derivados, dada sua importância como insumo em uma economia fortemente dependente de malha rodoviária.”; e a maior abertura comercial, realizada, por exemplo, através da redução das tarifas alfandegárias para bens específicos – implementada em 2019 –, que vem sendo feita isolada de outras políticas, podendo gerar assim uma grande desvantagem competitiva no setor industrial brasileiro. Com o avanço da pandemia no país, entre 2020 e a data do presente trabalho, a aprovação da reforma da previdência segue sendo o maior destaque econômico do governo, mas pode-se citar também algumas outras ações implementadas, como a aprovação da autonomia Banco Central no Congresso – que, em tese, terá maior liberdade para atuar no controle da inflação – e o encerramento do monopólio da Petrobras através da sanção do novo marco regulatório do gás natural, além do déficit primário em relação ao PIB, muito devido aos gastos com a pandemia, e a mudança da PEC dos Precatórios, que foi editada para permitir um aumento de gastos em 2022 (CASTRO, 2021).

3 O BRICS

Ainda no século XX, desde 1950, quando houve a primeira onda integracionista na Europa – que buscava construir uma nova ordem internacional no período pós 2ª Guerra Mundial –, as integrações regionais e blocos econômicos começaram a ser mais estudadas no campo das Relações Internacionais, intensificando-se com a segunda onda em 1980, cujo objetivo dos países era adequar-se à nova ordem vigente – instaurada após o fim da Guerra Fria e a consolidação dos EUA como potência hegemônica (MARIANO, 2015). É importante ressaltar que o BRICS, contudo, não é considerado um bloco econômico, sendo então apenas um mecanismo oficial de cooperação entre os países que o integram. Mesmo assim, o grupo é frequente objeto de estudo devido a sua crescente importância no Sistema internacional, principalmente ao levar em consideração que muitos não acreditavam que o grupo permaneceria vivo ao longo dos anos.

Dessa forma, um dos motivos pelo qual este é tão estudado da perspectiva de diferentes setores – relações políticas, diplomáticas, econômicas, securitárias, entre outras – é a importância dos países que o compõe. Juntos, os países possuem mais de 40% da população mundial, mais de US\$ 4 trilhões em reservas – mesmo que de forma desigual entre os cinco, com vantagem chinesa nesse ponto¹ –, 14% do PIB mundial, 26% do território global, todas as suas economias são classificadas como “grau de investimento”, são detentores de reservas de recursos naturais estratégicos e fontes de diversidade, além de todos os países pertencerem ao G-20 financeiro, fórum esse de extrema relevância na governança global – assim, estimava-se que em conjunto, o BRICS superaria em importância a economia dos Estados Unidos, com expectativas altas em torno das consequências geradas pelo crescimento continuado dessas economias, já que alterações nas políticas fiscais e monetárias e alinhamentos entre o grupo poderiam vir a gerar grandes impactos nas economias desenvolvidas (BAUMANN, 2015; DAMICO, 2015). Além disso, o bloco representa a união de países com funções muito distintas no sistema internacional, constituindo caráter inovador e único entre os agrupamentos existentes. Temos o Brasil, que é a conexão sul-americana do bloco e um ator-chave no multilateralismo em diferentes fóruns internacionais; a Rússia como referência em matéria militar e energética, com alta relevância securitária; a Índia, que tem forte influência no sul-asiático e possui a maior população do mundo; a China ocupando a posição de uma das maiores economias e potências mundiais; e, sendo o último país a entrar

¹ As reservas dos cinco países em conjunto somam mais de US\$ 4 trilhões, sendo que 72% pertencem à China, 12% à Rússia, 7,5% ao Brasil, 7,5% à Índia e apenas 1% à África do Sul (BAUMANN, 2015).

no grupo, a África do Sul é uma economia de peso no continente africano e representa a defesa dos interesses deste (FONSECA JUNIOR, 2013).

3.1. DOS PRIMEIROS PASSOS A UM GRUPO ENGAJADO

Antes de analisar o BRICS, é importante entender o que significam essas potências emergentes dentro do Sistema internacional. Segundo Visentini *et al.* (2013), no Congresso de Viena, realizado em 1815, foi formalizado o conceito de potência como atores que possuem protagonismo no então Concerto Europeu. Com a 1ª Guerra Mundial, a ascensão dos EUA como principal potência e a Europa enfraquecida ainda no centro da política – devido à antiga Liga das Nações –, houve um desequilíbrio no sistema, corrigido após a 2ª Guerra com a consolidação dos EUA e da URSS como superpotências. Foi apenas entre as décadas de 1970 e 1980 que surgiram os conceitos de potências médias ou regionais para caracterizar países do Terceiro Mundo que possuíam certo nível de industrialização e poder político, até que, nos anos 1990 – com crescimento da influência das Organizações Internacionais, da liberalização financeira e também o rebaixamento da Rússia ao status de potência –, surgiu a denominação de mercados emergentes por consultores financeiros, usada para classificar os países do BRICS (VISENTINI *et al.*, 2013).

O conceito de potência emergente e o acrônimo BRIC foram utilizados pela primeira vez em 2001 no estudo *Building Better Global Economic BRICs*, realizado sob a responsabilidade de Jim O’Neill, o qual objetivava analisar o cenário econômico mundial para os próximos anos, com a chegada do novo século. Para tal análise, o economista estuda o tamanho relativo da economia ao utilizar-se de dois pesos distintos: o PIB corrente e a Paridade do Poder de Compra (PPC), além de realizar comparações com os tamanhos absolutos das economias e projeções de crescimento através dos mesmos dois fatores. O’Neill (2001) defende que China, Índia e Rússia já são grandes economias ao usar o peso do PPC como ponto de análise² e, mesmo usando o próprio PIB como referência, o autor acreditava que a posição relativa dos países-chave na economia mundial estava mudando – e, conseqüentemente, as representações em fóruns político-econômicos, como o G7³, possivelmente precisariam ser alteradas significativamente, já que, no futuro, alterações nas

² A estimativa do estudo é de que o crescimento real do PIB da China seja de 7% em 2002, o que levaria a uma contribuição de 0,25% no crescimento econômico mundial levando em consideração o peso de 3,59% da economia; ao analisar sob uma perspectiva do PPC, no entanto, o peso chinês seria de 12,59% e essa contribuição seria de 0,88% – um valor significativamente mais alto (O’NEILL, 2001).

³ Grupo formado a partir da expansão G5, no final do século XX, e composto por: França, Alemanha, Japão, Reino Unido, EUA (os cinco países originais), Itália e Canadá.

políticas monetárias ou fiscais desses países podem vir a afetar outros países, como os EUA, com um maior peso que países uma vez mais importantes na economia mundial, como a Itália e a Alemanha. Assim, de acordo com as previsões do grupo, os países do BRIC – especialmente a China – seriam economias maiores e mais saudáveis no curto a médio prazo, com crescimento de PIB maior do que os países do G7 e podendo gerar alta rentabilidade de investimentos (O’NEILL, 2001).

No entanto, mesmo que 2001 tenha sido a primeira vez que o grupo foi citado no meio econômico, durante os cinco anos seguintes não existia nenhuma articulação política consolidada entre esses países, e caso tivesse permanecido assim, o acrônimo não passaria disso – como tantos outros já criados por bancos e instituições. Em setembro de 2006, contudo, surge um mecanismo político de coordenação e cooperação entre os BRIC, através de uma Reunião informal de Chanceleres dos quatro países na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, com aprofundamento das relações econômicas nos anos seguintes a partir do estabelecimento de Cúpulas recorrentes entre Chanceleres e Ministros, que passaram a se reunir anualmente, sempre à margem da Assembleia Geral da ONU (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2014). Segundo Damico (2015), assim como cada país do grupo possui suas particularidades, ainda sim esses possuem muitos pontos em comum, como serem engajados e protagonistas nas políticas e integrações em suas respectivas regiões e serem presentes de forma autônoma e independente em foros multilaterais, sempre atuando em temas relevantes da agenda global – econômicos, políticos, de direitos humanos, de desenvolvimento sustentável –, bem como em questões relacionadas ao regime de segurança internacional; assim, apesar do grupo não construir posições comuns em todos esses tópicos e agendas, eles marcam presença em diversas áreas, com crescente esforço de coordenação em diferentes instâncias multilaterais.

Damico (2015, p. 59) acredita que a consolidação do BRICS “reforça as tendências de transformação em curso no cenário internacional” que vinha acompanhada de um crescimento econômico e de relevância política considerável. Nesse contexto, foi realizada a Primeira Cúpula presidencial, que ocorreu em junho de 2009 em Ecaterimburgo (Rússia), pouco depois da grande crise financeira de 2008 – o que possibilitou trazer à tona reivindicações importantes, como a de reforma das instituições de governança internacional –, reunindo os quatro países do BRIC, com o objetivo de abordar tópicos variados. Na Declaração Conjunta, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o apoio a uma ordem multipolar mais democrática e justa, à reforma das instituições financeiras – dando um maior espaço às economias emergentes e em desenvolvimento –, além de reconhecer a importância da

recuperação econômica após a crise – destacando o papel central do G-20 e do comércio internacional com protecionismo reduzido – e de (re)afirmar compromissos de desenvolvimento sustentável, cooperação no campo de energia/eficiência energética, contra o terrorismo e a favor da diplomacia (BAUMANN *et al.*, 2015). Dessa maneira, a Cúpula serviu para unir os países em assuntos importantes, o que foi consolidado no encontro do G-20 alguns meses depois, em que o grupo defendeu, mais uma vez, a reforma do poder decisório do FMI, resultando no aumento de 40% para 45% das cotas do Fundo dos países em desenvolvimento, e defendendo também a reforma do Banco Mundial, no qual conseguiram ampliar a participação dos mesmos no direito de voto (ACIOLY; CARDOSO, 2010).

A Segunda Cúpula foi realizada no ano seguinte na capital brasileira, aprofundando a conciliação iniciada entre os países. Alguns dos pontos, como a importância do G20 e a necessidade das reformas institucionais, foram mantidos em debate e reafirmados, sendo o crescimento exponencial das iniciativas de cooperação intra-BRIC a grande novidade desse encontro, que pôde ser comprovado pela criação e realização de diferentes eventos – como o Fórum Empresarial do BRIC, realizado no Rio de Janeiro, que busca estimular o comércio intra-BRIC⁴ –, encontros – dando destaque para o 1º Encontro de Ministros da Agricultura e para o 1º encontro de Presidentes de Bancos de Desenvolvimento – e programas – como o 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados –, entre muitos outros além dos citados, contribuindo para que o grupo não exista apenas nos momentos das Cúpulas anuais, mas tenham atividades conjuntas e contínuas entre seus membros ao longo dos meses intra-Cúpulas (REIS, 2013). Apesar das iniciativas formuladas para incentivo do comércio a partir dessa Cúpula, contudo, Pomeranz (2013) destaca que a maior concentração de volume de comércio está associado à China com os outros países do grupo, ainda sendo baixo o nível de relações comerciais entre esses outros, o que pode ser explicado por duas hipóteses principais: as particularidades do comércio exterior de cada um dos países – comércio esse vinculado a alguma área própria de preponderância econômica –, e a falta de favorecimento ao intercâmbio de cada um deles ao levar em consideração as dificuldades apresentadas pelas pautas de importação e exportação.

Ademais, foi apenas em 14 de abril de 2011 que, na Terceira Cúpula, o acrônimo BRIC oficialmente passou a ser BRICS, contando com a formalização da entrada da África do Sul no grupo (entrada essa que, na verdade, tinha ocorrido em dezembro de 2010), que passava a contar com membros de 4 continentes – ampliando a representatividade dos países e

⁴ Segundo a estimativa de Reis (2013), o comércio intra-BRIC, por exemplo, foi de U\$ 27 bilhões em 2002 para U\$ 220 bilhões em 2010.

consolidando-se como um instrumento financeiro e político, já que o país africano não é tão avançado economicamente como os demais; no entanto, ao fazer o convite, o BRIC declarou uma identidade política, reforçando que esse não é apenas um grupo “[...] na fronteira de uma participação ampliada na gestão da economia internacional em função de seus recursos em ascensão, mas também são países que pretendem fornecer alternativas ao consenso representado no aquis da OCDE e nas visões preponderantes pré-crise nas instituições de Bretton Woods.” (COZENDEY, 2013, p. 168). Ademais, desse encontro, saiu a Declaração e Plano de Ação de Sanya, cidade chinesa onde foi sediada a Cúpula. Na ocasião, o grupo reafirmou a necessidade de reforma da governança devido à relevância dos BRICS e outros países emergentes no cenário global e ao fortalecimento da multipolaridade – principalmente no que diz respeito aos tópicos abordados no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), já que neste ano de 2011 Brasil, Índia e África do sul eram membros não-permanentes⁵ simultaneamente, além de Rússia e China que são países permanentes no Conselho; além disso, constataram um desejo comum por paz, segurança, cooperação e desenvolvimento em diferentes setores, com destaque para os setores econômico, diplomático, energético e sustentável (BAUMANN *et al.*, 2015). Dessa forma, o Plano de Ação elaborado estabelecia as bases para que a cooperação fosse desenvolvida e fortalecida, através do reforço dos programas já existentes – como reuniões entre Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais e simpósios de *think tanks* –, desenvolvimento de novas áreas de cooperação – principalmente saúde e educação –, e de novas propostas – como implementar cooperação nos campos cultural, científico, tecnológico e esportivo (BAUMANN, *et al.* 2015).

Em Nova Delhi, no ano seguinte, em 2012, a IV Cúpula foi realizada. Na ocasião, os países se mostraram preocupados com a demora na implementação das reformas aprovadas em 2010 para o FMI e o Banco Mundial, além de constatar na Declaração o desejo por continuarem os encontros entre os bancos nacionais de desenvolvimento e aprofundarem as articulações em outros setores além do financeiro, como o desenvolvimento sustentável, já que no mesmo ano o Brasil sediaria a Rio+20 (DAMICO, 2015). Outrossim, os Líderes começaram a dar os primeiros passos para criar um novo banco de desenvolvimento, instruindo seus Ministros de Finanças a analisar a viabilidade da criação do mesmo, de forma a complementar outras instituições financeiras já existentes para crescimento e

⁵ O CSNU conta com quinze membros, sendo cinco deles permanentes – Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China – e com dez deles não-permanentes/rotativos, que são eleitos anualmente na Assembleia Geral em grupos de cinco para um mandato de dois anos.

desenvolvimento global; ademais, ainda em 2012, os países se reuniram à margem do G-20 para analisar a possibilidade de existir um arranjo de *swap* de reservas, proposta essa que seria também examinada pelos Ministros de Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais (DAMICO, 2015).

Em apenas um ano, os países já consideraram viáveis as duas propostas financeiras abordadas em 2012, oficializando em Durban, na V Cúpula, a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS, uma nova instituição que viria para complementar outras instituições financeiras e esforços multilaterais já existentes e que serviria para mobilizar recursos buscando financiar projetos de desenvolvimento sustentável e infraestrutura não só dos países do grupo, mas também de outros países emergentes e em desenvolvimento (GRIFFITH-JONES, 2014). Diversas críticas são cedidas aos empréstimos do FMI, que são realizados no curto prazo, muitas vezes numa quantidade insuficiente e vinculados a condições inapropriadas; assim, a ideia de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR) – que surgiu em 2012 e foi aprofundada em 2013 –, viria para servir como um contingente autogerenciado, sem ligação ao FMI, ajudando os países a evitar pressões de liquidez de curto prazo, prover apoio mútuo e fortalecer a estabilidade financeira, além de contribuir para a fortificação da rede de segurança financeira global (GRIFFITH-JONES, 2014). Um diferencial do grupo não tão mencionado é o espaço aberto para ouvir a sociedade, o qual tem sido trabalhado desde o início das Cúpulas; neste mesmo ano, foi criado o Conselho de *Think Tanks*, formado por uma instituição indicada oficialmente por cada país, buscando criar um espaço de debate entre acadêmicos e outros representantes da “sociedade civil”, além de ser responsável por organizar o Fórum Acadêmico, que tem suas decisões e recomendações submetidas formalmente aos Líderes do BRICS (BAUMANN, 2015). Além disso, na Declaração, o grupo continuou a argumentar a favor da independência, integridade territorial e soberania nos conflitos internacionais como o da Síria; contudo, apesar dessas manifestações e o grupo ter se recusado a apoiar qualquer resolução contra o regime de Bashar Al-Assad, o BRICS não se colocava na posição de defender de forma mais ativa e parar com a violência que estava ocorrendo no país – mesmo que, em ocasião anterior, Assad tenha suplicado publicamente pela ajuda do grupo (PANT, 2013).

A primeira Cúpula do novo ciclo de encontros foi realizada em Fortaleza (2014) sob o tema “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis” e tornou-se uma das reuniões – se não a reunião – mais importantes do grupo, muito devido aos resultados concretos alcançados e avanço e profundidade dos temas discutidos e iniciativas. O Plano de Ação de Fortaleza reitera o compromisso ao diálogo com outros atores do mundo em desenvolvimento – o que já

tinha sido visto no ano anterior em um encontro com os Presidentes africanos e repetiu-se com uma reunião de trabalho com todos os Presidentes sul-americanos –, e incluiu cinco novas áreas a serem exploradas com ações e propostas distintas daquelas já implementadas nos últimos anos (DAMICO, 2015). Além disso, cerca de quinze parágrafos da Declaração foram escritos de forma a se posicionar sobre conflitos regionais – principalmente africanos e asiáticos –, temáticas de segurança recorrentes – como a reforma do Conselho e o combate ao terrorismo –, além de aprofundar posições sobre temas da governança internacional; o maior destaque, no entanto, foi para as assinaturas do Acordo Constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) (BAUMANN *et al.*, 2015). No documento, as cinco nações fundadoras do grupo do BRICS afirmam que o NBD, com sede em Xangai, terá um capital subscrito inicial de U\$ 50 bilhões – distribuído igualmente entre os membros fundadores – e um capital autorizado inicial de U\$ 100 bilhões, terá sua adesão aberta aos membros da ONU, como membro tomador ou não de empréstimos, e estará autorizado a cumprir as seguintes funções:

- i. Utilizar recursos a sua disposição para apoiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, públicos ou privados, nos BRICS ou em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, por meio da provisão de empréstimos, garantias, participação acionária ou outros instrumentos financeiros;
- ii. Cooperar, de forma considerada apropriada pelo Banco e, dentro de seu mandato, com organizações internacionais, bem como com entidades nacionais, sejam públicas ou privadas, e em particular com instituições financeiras e bancos nacionais de desenvolvimento;
- iii. Fornecer assistência técnica para a preparação e implementação de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável aprovados pelo Banco;
- iv. Apoiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável envolvendo mais de um país;
- v. Estabelecer ou ser encarregado da administração de Fundos Especiais criados para servirem a seus propósitos (BRASIL, 2015a).

A VII Cúpula (na cidade russa de Ufá, 2015 – ano do 70º aniversário de fundação da ONU) reforçou tópicos frequentes de outras reuniões, como a defesa pelo direito internacional – colocando-se contra intervenções e a favor da soberania –, a diplomacia para com outros países emergentes e em desenvolvimento – com destaque para a proposta de cooperação com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)⁶ –, o crescimento econômico sustentável buscando o bem-estar da população, as reformas estruturais das instituições de governança global, bem como do CSNU, para torná-las mais representativas e eficientes,

⁶ O *Asian Infrastructure Investment Bank* foi fundado também em 2015, com sede em Pequim, tendo o Acordo Constitutivo sido assinado pelos cinco países do BRICS. O AIIB possui capital inicial de U\$ 100 bilhões e tem como principal objetivo promover o investimento nas regiões da Ásia e Oceania, podendo financiar projetos em países fora da região, desde que a iniciativa venha a produzir benefícios significativos para a Ásia (BRASIL, 2021a).

entre outros (BRASIL, 2015b). A atenção, contudo, estava principalmente voltada à entrada em vigor do NBD e do ACR, tendo sido discutidos os detalhes de suas implementações. Ramos *et al.* (2018) acredita que a implementação tenha relação direta com os dois países que mais precisavam do auxílio do NBD: o Brasil, que enfrentava um crescimento econômico negativo e seria auxiliado nas áreas de investimento de energia e infraestrutura, e a Rússia, que via como a grande oportunidade de atrair o capital chinês para sua economia.

A Declaração final da Cúpula de Goa (cidade indiana sede da 8ª edição) seguiu no caminho do amadurecimento do grupo, buscando construir instituições que aprofundem e sustentem a cooperação entre os países, a partir do entendimento de que, para alcançar a paz global e o desenvolvimento sustentável tão almejado desde as primeiras Cúpulas, será necessário um aumento de seus esforços coletivos; assim, destacam-se ações culturais/turísticas e da área da saúde, além da cooperação comercial, econômica e de investimentos, simbolizada pela aprovação do primeiro conjunto de empréstimos do NBD, destinado a projetos de energia renovável (LUNKES, 2016). Ademais, além dos tópicos recorrentes como o desenvolvimento sustentável, o repúdio ao terrorismo e a reforma no CSNU, os Líderes inovaram em sua Declaração ao conclamar a agenda de igualdade de gênero, apoiando o fortalecimento das mulheres e levantando a necessidade de participação inclusiva das mesmas para atingir as Metas de Desenvolvimento Sustentável (LUNKES, 2016). Já a IX Cúpula ocorreu na cidade chinesa de Xiamen no ano de 2017, com o tema de “BRICS: Parceria mais Forte para um Futuro mais Brilhante”, e contou com a assinatura de três importantes documentos: o Memorando de Entendimento entre o Conselho Empresarial do BRICS e o NBD sobre Cooperação Estratégica, o Plano de Ação para a Cooperação para a Inovação e a Estrutura Estratégica da Cooperação Aduaneira, além de menções aos avanços alcançados na cooperação intra-BRICS, principalmente no que diz respeito do NBD e ACR, e aos temas recorrentes de segurança internacional – dando destaque à condenação feita às intervenções militares unilaterais, mas também levantando posicionamento em outras questões internacionais, como a crise da Síria, o conflito israel-palestino, a luta contra o terrorismo e o teste nuclear realizado pela República Popular Democrática da Coreia (BRASIL, 2017).

Encerrando mais um ciclo de reuniões, a X Cúpula ocorreu em Joanesburgo, na África do Sul. É importante mencionar que, apesar do encontro dos países do BRICS realizado anualmente ser o momento com maior visibilidade do grupo para o resto do mundo, esse não se limita às Cúpulas, sendo realizadas – em quantidades relevantes – reuniões diversas entre os intervalos anuais. Entre a IX e a X Cúpulas, por exemplo, ocorreram cerca de 70 reuniões –

que abordaram de forma variada entre os mais diversos temas, como agricultura, segurança nacional, saúde e finanças internacionais –, intensificando as relações intra-BRICS mesmo em momentos que não tenham tanta visibilidade para a comunidade internacional (STUENKEL, 2020). Ademais, a Declaração expôs, mais uma vez, o suporte ao multilateralismo, ao direito internacional e à democracia, de forma que todos os países e povos recebam os benefícios da globalização, além de aumentar a cooperação em áreas relacionadas a 4ª Revolução Industrial – como inteligência artificial, biotecnologia, Internet das Coisas e avanços tecnológicos como um todo – e firmar o compromisso de superar alguns obstáculos intra-BRICS, principalmente no que diz respeito ao turismo e trocas culturais entre os países do grupo (BRASIL, 2018).

Voltando à presidência brasileira, a XI Cúpula do BRICS foi realizada em Brasília em 2019 e, continuando o tema já abordado várias vezes, os Líderes reforçaram mais uma vez o compromisso com o sistema multilateral e as organizações internacionais – principalmente ONU, OMC e FMI –, a soberania, o respeito mútuo e a igualdade, buscando a paz mundial e o desenvolvimento sustentável dos países do grupo (BRASIL, 2019a). Batendo o recorde do ano anterior, nos últimos doze meses, o BRICS realizou mais de cem reuniões, nas áreas de comércio, finanças, política exterior, segurança nacional, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação, energia, cultura, saúde e agricultura, o que mostra a expansão de áreas nas quais o grupo atua e o empenho em gerar meios e planos de ações para que a aproximação e a cooperação entre os países seja não só na área econômica e financeira – que tem bastante foco, enfatizando o NBD e a criação de escritórios regionais deste –, mas também em diferentes setores que são importantes para o bem-estar e desenvolvimento da população (BRASIL, 2019a). Além disso, parte da Declaração foi usada para abordar os conflitos regionais que estavam ocorrendo no período, com principal destaque para a situação síria, reafirmando o compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial dos países (BRASIL, 2019a). A presidência foi então entregue à Rússia, mas devido ao agravamento da Covid-19, a XII Cúpula, que seria realizada em Moscou, teve que ser virtual. Além dos temas recorrentes de forte condenação ao terrorismo em todas as suas formas e de comprometimento com o multilateralismo, que, desta vez, mencionava o avanço da pandemia e a necessidade de coordenação entre os países para mitigar a proliferação do vírus – e não só dizia respeito aos conflitos regionais ocorridos no período –, os Líderes adotaram a Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS para o período de 2021-2025, cuja diretriz chave é aprimorar a cooperação do grupo em comércio, investimento e financiamento, economia digital e desenvolvimento sustentável, como forma de tentar recuperar rapidamente a economia e elevar os padrões de vida da população (BRASIL, 2020). Ademais, a Declaração

menciona as notáveis realizações do NBD, como a abertura do terceiro escritório regional – dessa vez em Moscou – e o fornecimento de recursos financeiros para reduzir perdas econômicas, sociais e humanas causadas pela pandemia –, e o desejo por expandir os membros para que o papel do Banco como instituição financeira de desenvolvimento global seja fortalecido e consiga ainda mais recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2020).

Por fim, a última Cúpula, a XIII, foi realizada mais uma vez em formato virtual – devido à pandemia da Covid-19 – em setembro de 2021, ano que marca os 15 anos do grupo e os 10 anos de trajetória comercial, cuja temática era “BRICS@15: Cooperação IntraBRICS para Continuidade, Consolidação e Consenso”, com três pilares de cooperação: política e segurança; econômico e financeiro; cultural e de pessoa para pessoa – mostrando que o grupo não está se desfazendo e procura fortalecer-se (BRASIL, 2021b). Além disso, apesar das faíscas trocadas entre os governos chinês e brasileiro em relação ao fornecimento das vacinas e outros incidentes diplomáticos ocorridos ao longo do ano, o grupo reforçou que nenhum país está seguro enquanto todos estiverem, reconhecendo a importância de vacinas seguras, eficazes, acessíveis e econômicas, e que possuem o compromisso de esforços contínuos para combater a pandemia, por meio de financiamento, produção local, doação e facilitação da exportação de vacinas (BRASIL, 2021b).

Portanto, fica claro ao analisar as ações do grupo que, mesmo que o enfoque inicial deste fosse de iniciar uma parceria econômico-financeira, atualmente é muito mais que isso. Já foram estabelecidas mais de 30 áreas de cooperação entre o BRICS, sendo que dentre elas, temos: a saúde, estando o grupo presente em reuniões na Assembleia Mundial de Saúde e outros fóruns multilaterais, além da criação da Rede de Pesquisa em Tuberculose; o setor de ciência, tecnologia e inovação, uma das áreas mais promissoras do grupo desde 2014 – quando de sua criação – com diversos grupos de trabalho e intercâmbio de conhecimento; a segurança, que através do NSA, principalmente, os cinco países mantêm diálogos sobre questões securitárias como segurança internacional, terrorismo e corrupção; o setor empresarial, em que foram estabelecidos o Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS) e o Fórum Empresarial do BRICS (BRASIL, 2019b). Dessa maneira, o BRICS, em suas Cúpulas e em fóruns multilaterais, seguiram e seguem abrangendo tópicos polêmicos que dizem respeito a diplomacia e a política, como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e outras instituições criadas no sistema de Bretton-Woods, buscando consolidar-se como um bloco político, que virá a ajudar a democratizar e equiponderar a ordem internacional do século XXI, e mostrando, assim, como países de culturas distintas podem

unir-se em torno de projetos comuns em favor do multilateralismo e ao direito internacional (AMORIM, 2008).

3.2. ANÁLISE DO GRUPO E PERSPECTIVAS FUTURAS

O BRICS, num primeiro momento, mostra-se como algo positivo para todas as nações, seja através do apoio nas relações comerciais para com os outros membros do grupo, seja pela aliança estratégica e apoio em questões políticas no sistema internacional. A performance macro do BRICS se destaca pela reputação construída pelo grupo, devido à visão única de mundo dividida por eles: a prioridade na busca por programas de crescimento e anti-pobreza, a tentativa de diversificação de suas economias, as inovações e o desafio às noções de globalização dadas como certas – diferenciando-se de outros agrupamentos, assim, não só por estes pontos mas também por fugirem à regra do Consenso de Washington e a liberalização total do mercado decorrente dele (THE TRILLION-DOLLAR..., 2010). Assim, pode-se pensar que não teriam por que existirem pontos negativos nesse estreitamento de relações. No entanto, apesar da cooperação existente entre os países e o crescimento das relações comerciais, políticas e estratégicas entre eles, é preciso reconhecer a assimetria do grupo, o que põe em questionamento o quanto o BRICS pode, de fato, superar suas diferentes visões – e ambições particulares – para realizar mudanças significativas no Sistema internacional. Entre as diferenças do grupo, ressaltam-se algumas dessas em diferentes setores: politicamente, tem-se tanto governos considerados autoritários pela visão ocidental quanto democracias liberais; três dos países são potências nucleares; levando em consideração fóruns multilaterais, somente dois desses ocupam cadeiras permanentes no Conselho de Segurança da ONU – fato esse que é frustrante para os outros, principalmente para o Brasil; financeiramente, os países não poderiam ser mais diferentes, com rendas per capita variando entre U\$ 15 mil e U\$ 3 mil e economias administradas de formas distintas pelos países; além disso, mesmo quando eles concordam em termos gerais nos tópicos da agenda internacional, eles discordam em detalhes – na questão ambiental, por exemplo, todos criticam a forma que os limites de emissão de carbono se dão hoje e concordam que questões comerciais e climáticas não devem se misturar, mas ao olhar de forma próxima, vê-se que as ações práticas e individuais dos países diferem entre si (THE TRILLION-DOLLAR..., 2010; VISENTINI, 2013).

Após as grandes guerras ou crises ocorridas no sistema internacional, uma nova ordem econômica ou política acabava surgindo através das ideias do país vencedor (ou mais bem

recuperado), como foi visto com os 14 pontos de Wilson e o sistema de Bretton Woods após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, respectivamente, buscando a reconstrução mundial. Amaral (2013) acredita que, desta vez, a nova ordem esteja sendo construída coletivamente por um processo mais democrático e que os BRICS se encaixam nesse aspecto, como um grupo de países que se uniu para propor esse projeto de reformas, mudanças e ajustes às novas realidades, não para ficar permanentemente, mas para acabar – ou seja, a partir do momento que a nova ordem se consolidar, não fará mais sentido essa união; assim, não teria propósito preocupar-se com a coesão do grupo, suas diferenças institucionais ou por quanto tempo eles permanecerão unidos, já que seria considerado algo provisório e natural e a única preocupação deveria ser a melhor forma de tirar proveito do processo como um todo. Outrossim, essa falta de um evento universalmente dramático pode resultar em uma longa demora até que surjam novos protagonistas indiscutivelmente superiores aos demais e a nova ordem internacional multipolar seja consolidada – a crise financeira de 2008, por exemplo, foi um indício de que tal evento possivelmente seja econômico, visto que no período houve uma intensificação nas reuniões do G20 e o entendimento de que este seria o embrião de uma nova ordem efetiva, mas o fórum se mostrou limitado para decisões político-econômicas e resultou num certo vácuo de poder global, que abriu espaço para que grupos como o BRICS emergissem (SILVA, 2013). Dessa maneira, mesmo que o grupo não seja o articulador de uma nova ordem mundial – e, de certa forma, nem pressionará para que uma ocorra –, ele pode ainda ter importância na comunidade internacional como um grupo formulador de agenda de crescente importância, desenvolvendo e trocando ideias que poderão vir a moldar o debate global, permitindo que esses países influenciem os principais assuntos da comunidade internacional⁷ (STUENKEL, 2013).

A assimetria, que já existia entre os países do BRICS no início do século XXI, seguiu forte e, em alguns pontos, até mesmo intensificou-se: o PIB chinês é maior que a soma do PIB dos outros países, a população brasileira e a russa são consideravelmente maiores, o exército chinês e indiano são os dois maiores do grupo, dois deles (Brasil e África do Sul) continuam sem possuírem armas nucleares e o orçamento para defesa da China também é significativamente maior (HOOIJMAAIJERS, 2019). Dessa maneira, existe certo ceticismo em relação ao grupo devido não só ao ponto mencionado anteriormente, mas também a outros fatores que serão abordados nesta seção, sendo um desses a instabilidade regional de três dos

⁷ No caso do Brasil, isso pôde ser visto através da inserção do conceito de “responsabilidade de proteger” na Assembleia Geral da ONU pelo governo brasileiro, buscando criar critérios básicos para que intervenções forçadas causem o mínimo de estrago possível (STUENKEL, 2013).

países do grupo com seus respectivos vizinhos. Dentro desses conflitos, temos a Rússia, que possuía um conflito histórico não resolvido com a Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, comandada por Putin, decidiu iniciar uma “operação militar especial” contra o país – que antes fazia parte da União Soviética –, por considerar a invasão o meio necessário para realizar a “desmilitarização e desnazificação” da Ucrânia, sob o pretexto de que não iria permitir a adesão do país vizinho à Otan, além de acusar o governo ucraniano de genocídio e perseguição dos descendentes russos há oito anos nas regiões separatistas de Donetsk e Luhansk (SANCHES, 2022), o que gerou grande tumulto na comunidade internacional e diversas represálias, realizadas principalmente pelos países da OTAN e grandes multinacionais; o mar do Sul da China, que também é alvo histórico de possíveis conflitos, devido às disputas territoriais e reivindicações de soberania ocorridas na região, pela riqueza de recursos e posição estratégica do local; e o combate entre Índia e Paquistão pela região da Caxemira, que é sempre um equilíbrio instável e não parece estar próximo de acabar. Dessa maneira, os constantes embates e instabilidade – além do possível escalonamento desses conflitos em maiores proporções – podem vir a impor um dilema político e diplomático entre o BRICS, visto que, a partir do momento que algum desses conflitos gerar sanções mais drásticas como punição, pode-se esperar que os outros países do grupo se posicionem em defesa do sócio envolvido no conflito, mas ao mesmo tempo esses podem não concordar com a posição assumida (BAUMANN, 2015). Ademais, a própria China e a Índia já tiveram conflitos na história, sendo todos eles também territoriais. Em 1962, 1967 e 1987, os dois países se enfrentaram pela reivindicação dos direitos e a soberania sobre a região do Himalaia e, na ausência de um acordo formal sobre uma fronteira real – que está indefinida desde o período colonial –, foi criada a Linha de Controle Real (LAC, na sigla em inglês), que foi aceita apenas alguns anos depois, em 1993; no entanto, em junho de 2020 houve um novo confronto territorial entre chineses e indianos, aumentando as tensões na região (CHAGAS, 2020). Assim, põe-se em dúvida se os BRICS poderiam vencer todas essas instabilidades com seus vizinhos e intragrupo para advogar em defesa de seus interesses no sistema internacional, ainda mais quando leva-se em consideração os recentes conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, sendo difícil prever qual será o impacto destes no engajamento e coesão do grupo como um todo.

Além disso, Pant (2013) acredita que o BRIC entendeu a importância da mudança da percepção global⁸ sobre os países envolvidos a partir do estudo de O'Neill e aproveitou-se disso para criar o grupo e destacar seu peso crescente na economia e política internacionais, mesmo com as suas diferenças institucionais, também considerando que esse movimento é parte de um padrão maior de comportamento das potências emergentes tentando coordenar esforços para emergirem como pilares importantes do Sistema internacional; no entanto, ele defende que se superestimou o grupo desde o começo. O autor acredita que apesar dos países terem metas conjuntas, preocupações similares e uma convergência de interesses, o que resultou em uma coordenação de esforços no cenário global e busca por contestar a superpotência estadunidense ao longo dos anos – favorecendo uma ordem mundial multipolar –, essa convergência observada seria apenas teórica, com os países tendo diferentes abordagens em situações controversas. Essa divergência em abordagens fica evidente na própria reforma do CSNU – um dos pontos mais recorrentes das Declarações realizadas após as Cúpulas anuais –, em que de um lado temos a Rússia, que conta com a preservação do *status quo* e se beneficia da manutenção dele, e a China, que também não tem muito interesse em mudar a política global, visto que já faz parte do *core* das decisões político-estratégicas do sistema e se opõe quando se trata de uma nova constituição do Conselho; do outro lado, temos os três países que historicamente não são inclusos nas decisões da comunidade internacional: Brasil, Índia e África do Sul não medem esforços para conseguir entrar nos importantes fóruns de decisões políticas, econômicas e de segurança, além de buscar uma redistribuição de poder nas Organizações Internacionais (PANT, 2013). Outro tema importante, que foi muito responsável pela aproximação dos Líderes do BRICS, é a redução da dependência do dólar americano, buscando removê-la como referência mundial; contudo, apesar do aparente consenso político nesse tópico, a liquidez das moedas nacionais dos países do grupo – mesmo da Rússia e da China que são economias mais desenvolvidas – é baixíssima quando comparada ao dólar americano ou ao euro, impossibilitando uma ação comum, mesmo que fosse para utilização de suas moedas no âmbito do comércio intra-BRICS, pois envolve enormes dificuldades – o que é comprovado pelas adversidades enfrentadas pelo MERCOSUL na tentativa de implementar uma moeda única e quando até a consolidada Zona do Euro passa por instabilidades financeiras (SILVA, 2013).

⁸ Até mesmo os próprios representantes do Brasil, da Rússia e da Índia admitiram que o estudo publicado pela Goldman Sachs foi um favor de *marketing* inestimável, pois os separou de outras economias emergentes – como Indonésia e Turquia, deixando-os em vantagem (STUENKEL, 2013),

Entretanto, apesar da falta de coesão vista em alguns pontos e impossibilidade de evolução em outros, os BRICS têm tido avanços que devem ser considerados: o primeiro deles é o significativo aumento do comércio entre os cinco países, facilitado pelo contato anual e maior proximidade nas reuniões realizadas, mesmo sem acordos de livre-comércio ou isenção total de tarifas em setores importantes; o segundo engloba as ações sociais conjuntas que buscam combater a pobreza, tópico recorrente nas Declarações das Cúpulas, que pode vir a ajudar no futuro para incrementar a reputação mundial dos cinco integrantes e do grupo como um todo, já que todos possuem grandes contingentes populacionais em situação de miséria; por fim, o próprio BND, que independente de ainda não ser totalmente consolidado, só por ter passado da fase de planejamento e ser de fato criado já é um grande avanço como grupo e, a princípio, não teria nenhum empecilho que o impedisse de prosperar nos próximos anos (SILVA, 2013). Ademais, mesmo com a falta de uma agenda coletiva própria e distinta para o desenvolvimento, existem três indicativos de que o grupo seguirá o caminho para estabelecê-la no longo prazo: a confirmação da intenção explícita, constatada na Declaração de Ufá, de fortalecer parcerias através do diálogo, cooperação e troca de experiências, de forma a avançar o desenvolvimento internacional; a realização, em 2015, do primeiro fórum de altos funcionários encarregados da cooperação pelo desenvolvimento internacional, que pode vir a evoluir para um mecanismo sistêmico para moldar uma agenda de desenvolvimento; o próprio NBD, um mecanismo conjunto que pode financiar projetos que reflitam suas prioridades compartilhadas (CHENOY *et al.*, 2016). Dessa forma, mostra-se que não só há vontade política pelos Líderes do grupo, mas também uma possibilidade de moldar essa agenda e um veículo para financiar as metas acordadas.

Outro ponto importante é que os países do BRICS não são os mesmos que eram no início do século, tendo enfrentado dificuldades econômicas nos últimos anos. O Brasil e a Rússia, por exemplo, possuem historicamente uma economia altamente dependente dos preços das *commodities* e entre 2014 e 2015, quando houve o colapso dos preços de óleo e gás, passaram por um período financeiramente difícil, com diminuição no faturamento do lado russo e influência negativa na moeda brasileira, bem como nos gastos do governo; além disso, a África do Sul também passou por momentos complicados, devido às dificuldades vistas no mercado de minerais – uma das principais fontes de exportação do país – e uma consequente alta na taxa de desemprego; ainda assim, os BRICS se identificaram e se uniram devido ao seu compromisso e senso comum de combater o mundo multilateral, segundo eles “injusto” por ser dominado pelo Ocidente, gerando, muitas vezes, uma sub-representação dos seus interesses (HOOIJMAAIJERS, 2019).

O ceticismo ou confiança nos BRICS depende também do próprio analista, seu ponto de vista e experiência; dessa forma, mesmo dentro de um mesmo país, temos opiniões distintas entre embaixadores e chanceleres brasileiros. Roberto Jaguaribe, atual embaixador do Brasil na Alemanha e Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), acredita que o mundo não comporta mais uma estrutura como a que vimos durante a Guerra Fria, o que facilitou um grupo como o BRICS surgir, amadurecer e consolidar-se, muito devido à consistência constatada nas Cúpulas anuais. Complementando o ponto de vista de Jaguaribe, Celso Amorim, ex-chanceler, defende que mudanças estão ocorrendo nas áreas comerciais e financeiras da governança global, mas não na área política-estratégica, fato que permite que agrupamentos como o BRICS, que buscam dar voz e poder aos países mais pobres e emergentes, consolidem-se no sistema. Já o ex-embaixador Rubens Barbosa argumenta que os próprios países do grupo possuem ideias diferentes do significado e futuro do grupo, mas que todos eles utilizam da marca para promover suas agendas e não tem interesse em liderar o sistema nem buscam uma transformação radical na ordem política e econômica global (VISENTINI, 2013).

Além disso, ao analisar como o BRICS é visto internacionalmente, principalmente no que diz respeito às relações com a atual grande potência, Schaefer e Poffenbarger (2014) acreditam que, pelo grupo nunca ter pedido para ser tratado como um bloco e não se direcionarem explicitamente aos EUA em suas Declarações conjuntas, a estratégia da política externa estadunidense tem sido de tratar o BRICS como uma formação sem objetivos diretos e sem futuro discernível, não tendo relações multilaterais significativas como um bloco⁹ – até porque, caso tivesse, acabaria fortalecendo a percepção de união deste grupo pelo resto do mundo; apesar disso, os Estados Unidos mantém relações bilaterais consideráveis com todos países do grupo, o que gera a possibilidade de ter um peso maior dentro das decisões realizadas intra-BRICS e também fora do âmbito do grupo – como no CSNU e outros organismos multilaterais –, já que países como a Índia e o Brasil acabam levando em conta a importante relação com a potência na hora de posicionarem-se em relação a assuntos que sejam de interesse estadunidense. Ainda existe também a possibilidade (e o risco) ou do BND e do ACR serem dominados pela China, visto que a economia chinesa poderia vir a ter mais peso dentro do Banco, considerando que o país poderia “patrocinar” as contribuições iniciais das economias menos fortes como Brasil e África do Sul (PANT, 2013), ou ainda do próprio

⁹ O secretário de Defesa dos EUA inclusive citou que potências emergentes tais quais China, Brasil, Índia e – obviamente – a Rússia, desafiam o país não apenas na tentativa de cooperação para com eles, mas para garantir também que eles não prejudiquem a estabilidade do mundo, sem mencionar o grupo como bloco (BRÜTSCH; PAPA, 2011).

grupo virar algo como a China mais quatro, hipótese abordada por Baumann (2015), já que o país se destaca econômica e politicamente dentre os cinco e poderia dominar o grupo com certa facilidade; ademais, acredita-se que a China esteja usando do grupo para ascender ao topo do Sistema internacional de forma “pacífica”, adquirindo *soft power* e um maior prestígio internacional, camuflada e disfarçada como uma potência média para não chamar tanta atenção e ter que encarar maiores desafios durante sua ascensão – criando, ainda, um “laboratório” de relações cooperativas no âmbito do grupo, visto que a grande maioria de suas relações externas são meramente de negócios e o país precisa de aliados internacionais (SCHAEFER; POFFENBARGER, 2014).

Mesmo assim, Schaefer e Poffenbarger (2014) defendem que o BRICS é um grupo a ser observado pelos EUA, pois independente da falta de coesão e consolidação deste, ele é uma grande oportunidade da China e da Rússia – as duas maiores potências do grupo, sendo a segunda o único país do BRICS abertamente contra os Estados Unidos – identificarem pontos de comum acordo para construir maiores relações diplomáticas e conexões não governamentais, deixando para trás desconfianças do passado, o que levaria a possível formação de um bloco na Eurásia e um crescente desafio ao poder estadunidense tanto dentro do sistema quanto das organizações internacionais. Outrossim, diferente de outras tentativas de assumir a liderança do mundo em desenvolvimento, o BRICS pode aproveitar o salto econômico – com destaque para Brasil, China e Índia – em direção ao desenvolvimento e seu legado do imperialismo para se colocar em posição de influência para o resto do globo, principalmente com os avanços do BND e a possibilidade de serem um apoio maior ao desenvolvimento de diferentes países do que o próprio Banco Mundial, além de poderem usar da influência da África do Sul no continente para se consolidarem como principais operadores de ajuda externa, batendo de frente com o que os Estados Unidos costumava fazer no período pós-Guerra Fria – mas que acabou, de certa forma, deixando esse engajamento de lado – e realizando o que a China isolada ainda não conseguiu: maximizar a influência entre os países em desenvolvimento com ajuda em diferentes âmbitos e setores que necessitam do auxílio, e não apenas como uma oportunidade de estender seus interesses corporativos (SCHAEFER; POFFENBARGER, 2014).

Para Brütsch e Papa (2013), a menos que os cinco países cheguem a uma estratégia que seja coerente para aproveitar suas forças relativas, o jogo geopolítico do BRICS será derrotado por suas próprias decisões. Os autores acreditam que existem dois caminhos que o grupo possa vir a seguir, de forma a não acabarem tendo um fim precoce na sua tentativa promissora de globalizar a ordem internacional:

- a) transformar o BRICS em uma comunidade, aplicando medidas para construir uma identidade e usar do impulsionamento do desenvolvimento comum para construir uma ordem multipolar;
- b) seguir um caminho estratégico conjunto, aliando-se atrás de um líder responsável, para que assim o grupo possa explorar o declínio do Ocidente e construir uma comunidade em torno de uma barganha de coalizão.

Assim, mesmo com todo o ceticismo, a falta de coesão interna e a notória impossibilidade de os BRICS se tornarem um ator decisivo no sistema internacional, o bloco passa longe de ser irrelevante, com vantagens e significados particulares para cada país do grupo: para o Brasil, o grupo auxilia na expansão da influência do país para além da América Latina e no aumento da força relativa nas discussões internacionais, além de aproximá-lo a dois grandes importantes parceiros comerciais: a China e a Rússia; para a Rússia, é o espaço necessário e eficaz para controlar as relações entre China e Estados Unidos, além de representar um novo canal de diálogo com os EUA; para a Índia, é um fórum de legitimação de duas demandas multilaterais, além de serem aliados importantes para diferenciar o país de forma positiva do Paquistão, grande adversário regional; para a China, foi uma oportunidade fácil de conseguir se posicionar como um país mais influente globalmente, desafiando política e estrategicamente e reduzindo a importância dos EUA; por fim, para a África do Sul, o agrupamento é vantajoso sob todos os aspectos (SILVA, 2013). Para Schaefer e Poffenbarger (2014), os BRICS se encontram na beira de uma união consolidada ou de um colapso, pois apesar dos poucos pontos verdadeiramente em comum, existe a possibilidade dos interesses se alinharem em questões importantes da comunidade internacional, o que resultaria na coordenação de uma formação mais alinhada entre os países, defendendo que a estratégia de política externa dos EUA para com os BRICS é de grande importância para definir qual será o futuro do agrupamento. Portanto, as análises sobre o grupo, segundo Baumann (2015), são quase que invariavelmente do tipo “copo meio cheio – copo meio vazio”, mas o autor constata que seria uma perda de oportunidades – seja ao levar em consideração o possível aprofundamento de relações bilaterais intra-BRICS, seja considerando as possibilidades de ações conjuntas nos fóruns multilaterais – não aproveitar a aproximação do grupo para construir estratégias conjuntas, ainda sem descartar a possibilidade de uma consolidação futura do grupo.

4 AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA

Os países da América Latina, incluído aqui o Brasil, iniciaram um período de prosperidade durante a hegemonia da Grã-Bretanha, através da exportação de matérias primas, o que acabou por reforçar a concentração de poder, renda e riqueza no setor rural das sociedades desses países. Com a ascensão dos Estados Unidos no período entre Guerras Mundiais, o Brasil passou por um período de desenvolvimentismo, no qual considerava-se que essa especialização produtiva em *commodities* era uma fonte de atraso e estagnação e que a economia brasileira deveria estar focada em atividades manufatureiras e no setor de serviços, mas tal política interna entrou em crise durante a Guerra Fria, por volta de 1980, devido, entre outros fatores, ao aumento da dívida externa. No início do novo século, contudo, as nações sul-americanas experimentaram uma nova aceleração de seu crescimento devido à demanda chinesa por matérias primas (CUNHA, 2011). Dessa forma, além de estudar o BRICS e a aproximação multilateral entre eles, é imprescindível analisar também a ascensão da China como segunda maior economia do mundo e o surgimento e intensificação das relações bilaterais entre este país e o Brasil.

4.1 A ASCENSÃO CHINESA AO STATUS DE POTÊNCIA

Com o maior contingente populacional do mundo (de 1,3 bilhões de pessoas), a segunda maior economia do mundo (ficando atrás apenas dos Estados Unidos), 9,5 milhões de km² em extensão e sendo considerada a mais antiga e contínua civilização, a importância do desenvolvimento econômico, sistema político e estratégia político-militar chinesas é de uma dimensão quase que inexplicável, resultando numa alteração da correlação de forças do mundo (VISENTINI, 2013). Apesar do país ser considerado um centro técnico, moral e culturalmente avançado do mundo, devido à incapacidade do Império chinês em acompanhar as mudanças mundiais de consolidação do capitalismo e da industrialização – o que resultou na emergência das potências europeias e uma maior acumulação de poder econômico e militar –, o Império desmantelou-se em 1912 (CUNHA, 2011). Durante o período entre Guerras Mundiais, a nação chinesa foi constantemente desafiada pelas lutas internas entre partidos para assumir o poder centralizador que antes pertencia ao Império e também pelo Japão, que chegou a invadir o país em 1937, até que a 2ª Guerra acabou em 45 e os japoneses foram rendidos; no entanto, apesar do conflito sino-japonês ter sido encerrado, a China continuava

em Guerra política interna entre nacionalistas e comunistas¹, com a ausência de uma autoridade central – e, mesmo com todas essas debilidades e a divisão interna, a China foi considerada como uma das cinco nações que reorganizaria o mundo pós-guerra, sendo introduzida no Conselho de Segurança como membro permanente na recém criada Organização das Nações Unidas, com direito a veto (KISSINGER, 2012).

Apenas quatro anos depois, Mao Zedong – do partido comunista chinês (PCC), apoiado pela União Soviética durante o período – proclamou a República Popular da China (PRC) após sucessivos conflitos políticos internos e externos, confrontos territoriais e crises econômicas – além das duas guerras mundiais –, com o objetivo principal de recuperar o poderio chinês visto durante o Império, mas, indiretamente, também com o desejo de sobrepujar as potências ocidentais (CUNHA, 2011). Além disso, a queda econômica chinesa ocorrida no período pode ser vista ao comparar a situação no período imperial, no começo do século XIX, em que a economia do país representava 1/3 da mundial, com aquela vista por volta de 1950, a qual não representava nem 5% da mesma, além da população chinesa possuir um nível de vida equivalente a 1/20 de um habitante dos EUA e 1/5 da média mundial (CUNHA, 2011). Durante os próximos anos, até por volta de 1970, o país enfrentou significativo isolamento internacional, tendo sua base de apoio na União Soviética na primeira década, uma aliada ideológica e inicialmente estratégica para contrabalançar os EUA, que haviam apoiado os nacionalistas anteriormente; contudo, apesar de ter uma diplomacia ainda fraca com as grandes potências e estar numa posição de subdesenvolvimento, economia decadente desde o início do século e pouca força militar perto delas, Mao não transmitia qualquer aparência de debilidade e se recusava a reconciliar-se com as grandes nações para retomar a estabilidade, desempenhando um papel mundial maior que o seu objetivo inicial: de influência no Movimento dos Não Alinhados – um grupo de países antes colonizados que, assim como a China, estava procurando posicionar-se no Sistema internacional entre as superpotências –, que acabou sendo sua base de apoio na década seguinte, quando a URSS havia suspenso a assistência ao país e Mao buscava uma nova estratégia econômica, além de prosseguir o processo de industrialização e deslocamento das plantas industriais pro interior, como forma de resistir a uma potencial guerra com os soviéticos (KISSINGER, 2012).

¹ Tanto Estados Unidos quanto a União Soviética interferiram em certo grau na política interna chinesa, tendo o primeiro tentado sugerir uma coalisão entre nacionalistas e comunistas – o que não funcionou, pois, as hostilidades seguiram – e posteriormente apoiando os nacionalistas, enquanto a URSS apoiava os comunistas com força militar (KISSINGER, 2012).

Já no início da década de 1960, a ONU deixava de ser um instrumento de vantagem estadunidense durante a Guerra Fria: a composição e o perfil da organização havia sido profundamente alterado, com o surgimento de uma tendência de multipolaridade devido ao relativo equilíbrio estratégico entre os dois blocos, à fissura dentro deles pelas autonomias chinesa e francesa e à recuperação japonesa e da Europa Ocidental como um todo – o que resultou em um fórum e uma arena política complexos (VISENTINI, 2013). Foi por volta de 1970, levando em consideração as condições estruturais da economia chinesa – e sua alta dependência de importação de alimentos –, bem como a possibilidade de um escalonamento nos conflitos direto com a URSS², que Mao realizou uma drástica mudança de política externa, abrindo o país aos Estados Unidos, visto que a proteção da nação e o fornecimento de bens alimentícios, naquele momento, era mais importante que encorajar a revolução global que ele almejava ideologicamente (KISSINGER, 2012). A partir desse momento, os EUA decidiram aproximar-se do país e inseriram-no no equilíbrio de poder do sistema internacional, permitindo-a a afirmar-se internacionalmente de modo mais eficiente (BECARD, 2008).

A abertura chinesa resultou na aproximação com os estadunidenses, obtendo um tratamento favorecido, pois os EUA não poderiam arriscar a retomada do domínio soviético num país com uma das maiores populações do mundo (MEDEIROS, 1999). Assim, Mao conseguiu jogar com a rivalidade das superpotências nucleares no contexto da Guerra Fria, criando a impressão de que o país era imune à destruição nuclear – que era uma das maiores ameaças no período –, sem mostrar qualquer medo ou debilidade, e conseguindo uma espécie de santuário diplomático para o país, para que pudesse explorar o medo de que os soviéticos e estadunidenses tinham um pelo outro e desafiando ambos simultaneamente (KISSINGER, 2012). Ademais, esta abertura possibilitou um rápido acesso ao financiamento internacional, com condições excepcionalmente favoráveis durante a década de 1970, de diversos bancos de países distintos, o que permitiu a retomada de importações de grãos dos Estados Unidos para a China e consolidou a superpotência como o terceiro maior parceiro comercial da China – superado apenas pelo Japão e por Hong-Kong (MEDEIROS, 1999).

Devido às novas oportunidades que as relações bilaterais com os Estados Unidos promoveram – inclusive o reconhecimento da RPC no âmbito da ONU e a normalização das relações com outros países capitalistas –, a China iniciou um processo de modernização e desenvolvimento de longo prazo em quatro grandes áreas: ciência e tecnologia, forças

² Em 1969, na fronteira entre os dois países, já havia acontecido um conflito armado entre China e URSS, por isso existia o medo de um embate mais intenso nos próximos anos (VISENTINI, 2013).

armadas, indústria e agricultura, sendo que as duas últimas buscavam uma maior interação com o mercado internacional para obter tecnologias avançadas e o desenvolvimento de forças produtivas; além disso, tais reformas objetivavam uma abertura externa seletiva, o que possibilitou a importação de pacotes tecnológicos e de fábricas prontas, através das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), dos países capitalistas – o que resultou, já no curto prazo, em um conjunto de vantagens comparativas que permitiram que o país alcançasse grande parte dos seus objetivos com sucesso (VISENTINI, 2013). Ao longo dos anos 80, a China já era classificada como uma nação em desenvolvimento para os EUA, garantindo acordos e tarifas preferenciais e um estreitamento de relações comerciais, enquanto o país continuava com uma macroeconomia em expansão e um massivo programa de importação de tecnologia essencial à modernização da indústria (MEDEIROS, 1999).

Ao aproximar-se do fim dos anos 1980 e início dos 1990, já existiam indícios de que a Guerra Fria estaria chegando ao fim, com uma convergente aproximação de EUA e URSS e o conseqüente avanço do Conselho de Segurança após o fim dos insistentes vetos pelas duas superpotências, fazendo com que a China perdesse sua posição estratégica de utilizar-se da rivalidade entre ambas para crescer suas vantagens comparativas, o que gerou uma alteração de conjuntura rápida e intensa, dificultando a diplomacia e a continuidade do avanço econômico chinês (VISENTINI, 2013). Ainda na década de 1990, com a desvalorização do yen japonês em relação ao dólar e a contração abrupta dos IDE japoneses – resultando na redução das importações pelo país e numa mudança na estrutura de financiamento da região –, os países asiáticos que possuíam regimes cambiais vinculados ao dólar passaram por uma valorização real das suas próprias moedas – com exceção do yuan chinês que havia tido seu valor reduzido no ano anterior; assim, a China se viu com o câmbio depreciado na sua região e buscou investir nas relações mundiais com novas redes de comércio, intensificando ainda mais o fluxo comercial com as nações capitalistas, principalmente os EUA, que teve grande participação nas exportações chinesas durante esse período, consolidando uma mudança fundamental na direção do comércio internacional (MEDEIROS, 2006). Dessa forma, durante os primeiros anos da década de 1990, a região asiática passava por uma crise financeira marcada por uma abrupta recessão e colapso cambial – que atingiu apenas marginalmente a China, a qual teve como consequência uma diminuição nas exportações para a região e redução no IDE –, e a nação chinesa acabou por encontrar-se ocupando uma posição de bode expiatório para o Ocidente após a desintegração da URSS e o fim da Guerra Fria, sofrendo duras críticas ao seu sistema político, além daquelas relacionadas ao exercício de direitos humanos, e embargos comerciais, financeiros e tecnológico-militares, com objetivos

econômicos e diplomáticos claros, visto que diversos economistas já acreditavam, desde os anos 1980, que o crescimento do país economicamente era evidente e que a transição da China de um país subdesenvolvido para um estágio de em desenvolvimento era questão de tempo (MEDEIROS, 2006; NAUGHTON, 2010; VISENTINI, 2013).

Desse modo, ainda que a China tivesse perdido sua posição estratégica de servir como um mecanismo de anticomunismo pró soviético para o Ocidente, o país ainda possuía grande importância política e econômica tanto regionalmente quanto mundialmente. Pouco tempo depois do início das sanções ocidentais à China, sob o comando de Deng Xiaoping, o país já havia conseguido reverter o embargo econômico adotado por outros países asiáticos – inclusive o Japão, que historicamente era um dos maiores parceiros comerciais chineses –, fazendo com que, assim, a economia da China expandisse de forma extraordinária e alcançasse índices históricos de crescimento mundialmente – 12 e 13% em 1992 e 1993, respectivamente –, além de ter aprofundado sua cooperação estratégica com Rússia por questões tanto de segurança quanto econômicas, enquanto as relações sino-estadunidenses por sua vez eram contraditórias: interesses políticos e diplomáticos distintos, mas assuntos econômicos de certa forma associados (VISENTINI, 2013). Outrossim, a China possuía a consciência de que o seu sucesso até então não era suficiente para a concretização de seu objetivo maior, visto que tensões diversas – principalmente geoeconômicas e geopolíticas – seriam geradas mesmo apenas sob a mera possibilidade desta concretização; assim, os líderes chineses contemporâneos seguiram em busca de uma ascensão pacífica: ainda que sua estratégia política no longo prazo fosse de colocar a nação em uma posição de centralidade, não necessariamente hegemônica, na ordem internacional, eles não queriam ser percebidos como uma ameaça global (CUNHA, 2011).

De 1980 a 2010, a China conseguiu estimular seu crescimento econômico de forma extraordinariamente rápida³, através da ampliação da participação no comércio mundial – de menos de 1% para mais de 6% durante o período –, do aumento das exportações e de uma balança comercial superavitária – avanços esses possibilitados pela alteração da demanda do comércio mundial em si, conforme abordado anteriormente neste trabalho, e pela intensificação das CGVs, as quais prestaram papel importante no desenvolvimento chinês a partir da inserção da China –, além de ter promovido uma mudança nos próprios padrões de

³ Tal crescimento pode ser comprovado pelo aumento do PIB chinês durante o período, indo de US\$ 191 bilhões em 1980 para US\$ 6 trilhões em 2010, com principal destaque para o crescimento ocorrido nos primeiros dez anos do novo século (WORLD BANK, 2022).

comércio no leste asiático⁴ e buscar o estímulo de exportação de bens intensivos em capital e tecnologia (ANDRADE, 2006; NAUGHTON, 2010). Cabe ressaltar que o crescimento na primeira década do século XXI foi também impulsionado pela entrada da China na OMC – oficializada em 2001 após diversos anos de negociações –, que gerou uma liberalização maior do mercado para empresas privadas, incentivou o processo de abertura e reforma econômica do país e, conseqüentemente, aumentou o volume do comércio externo significativamente – de U\$ 500 milhões para U\$ 6 bilhões⁵ (MARTINS, 2011). Ainda durante o período de 1980 a 2010, o governo chinês conseguiu reduzir a população que vive abaixo da linha da pobreza em mais de 600 milhões – o que garantiu o *status* de país de renda média –, mas, ainda assim, o país possui uma quantidade elevada de pessoas na pobreza – em 2012, cerca de 200 milhões –, o que mostra que o crescimento interno até então segue possível (e longe de esgotar-se), de forma a diminuir a linha da pobreza e manter as melhorias e expectativas de consumo daqueles que já haviam conseguido emergir desta linha nas últimas décadas (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016). Esse novo cenário possibilitou, também, outras grandes mudanças internas no país, que migrou de uma economia majoritariamente rural para uma perto de ser considerada urbanizada e com maior modernização, encontrando-se à beira do status de potência no Sistema internacional e começando a explorar novos recursos de criatividade tecnológica; no entanto, apesar de muitos avanços já terem ocorrido, o país ainda não conseguiu concretizar todos eles, enfrentando não só desafios internos surgidos pelas escolhas de políticas de governo implementadas, mas também a crise financeira internacional de 2008, que acabou revertendo parte do progresso alcançado pelo país (NAUGHTON, 2010). Dessa maneira, diante da crise mundial, o país optou por adotar uma estratégia de esfriamento gradual do crescimento econômico, através de rígidas políticas de crédito e redução de investimentos, que teve efeito principalmente no final de 2011 – ano com crescimento de 9,2%, considerado coerente com o que o governo almejava –, além de aplicar uma política monetária consistente, de forma a controlar as pressões inflacionárias crescentes; ademais, a crise de 2008 refletiu em uma redução de demanda das nações europeias pelas exportações chinesas, que foi apenas em parte suprida pelas economias emergentes, como Brasil e África do Sul (VISENTINI, 2013). Mesmo com essa desaceleração, em 2010, a China já ultrapassava o Japão no ranking de maiores economias do mundo – levando em consideração

⁴ A China conseguiu se afirmar, ao mesmo tempo, como grande exportadora líquida para os EUA, Japão e países da ASEAN, e como uma importadora líquida para a Ásia (MEDEIROS, 2006).

⁵ Além dos benefícios claros gerados à economia chinesa, a própria comunidade internacional também se beneficiou da entrada do país na OMC, visto que o país foi responsável por 10 a 20% do crescimento mundial na primeira década de participação e aumentou consideravelmente suas importações (MARTINS, 2011).

o PIB –, consolidando-se no segundo lugar nos próximos anos e ficando atrás apenas dos Estados Unidos, com uma diferença de cerca de U\$ 6 trilhões entre os dois, segundo os últimos dados registrados (WORLD BANK, 2022).

Além das iniciativas públicas realizadas internamente, no contexto internacional, a China busca fortalecer a ONU e promover a formação de um sistema mundial multipolar, sempre mantendo o seu perfil discreto característico da ascensão pacífica, visando garantir a paz e a estabilidade internacionais (VISENTINI, 2013). Ainda assim, nos últimos anos, o país passou a, além de advogar nos fóruns multilaterais e organizações internacionais a favor do foco em infraestrutura e desenvolvimento, buscar novas iniciativas para inserir-se como um ator ainda mais relevante no contexto asiático – e mundial, conseqüentemente – e desenvolver a infraestrutura de seus países vizinhos e o continente como um todo (principalmente, mas também com ações específicas para a África e a Europa), como o próprio banco do BRICS, o AIIB – que procura ser um caminho distinto para desenvolvimento de países asiáticos emergentes e subdesenvolvidos, já que as outras instituições não dedicam a atenção julgada necessária pela China a isso⁶ – e a famosa ‘*One Belt, One Road*’ – uma iniciativa ainda maior, que envolve a criação de uma infraestrutura de transporte em países do centro da Ásia, mas é limitada pelo alto custo e governos resistentes (DOLLAR, 2015).

Com o crescimento da relevância chinesa como a segunda maior potência do Sistema internacional na última década, todas as suas políticas internas acabam influenciando a economia globalmente, como é o caso das monetárias, que são alvo de desentendimento entre EUA e China. O baixo valor do Yuan (1 dólar estadunidense equivale a uma média de 6,5 Yuans desde 2008), leva os EUA a acreditar que é esta uma manipulação monetária que busca favorecer as empresas chinesas – e prejudicar, conseqüentemente, as estadunidenses concorrentes nos mesmos setores –, enquanto a China defende que é uma política que procura favorecer fabricantes domésticos e manter a estabilidade política, pois uma valorização da moeda poderia resultar em inúmeras empresas fechando; assim como nesse ponto, as duas grandes potências do século divergem em outros assuntos políticos, diplomáticos e econômicos, tendo a China desconfianças em relação às intenções estadunidenses, e os EUA frustrações pela crescente interdependência econômica entre os dois países (KISSINGER, 2012). Além da influência política e econômica exercida pelo país, a China hoje é considerada central quando se trata de aspectos comerciais, conectada a CGVs de diferentes setores

⁶ O banco já contava com quase 60 participantes em seu início – hoje, contando com mais de 100 membros – e evidencia que a China está buscando assumir algumas responsabilidades globais, o que implicou numa recepção ruim pelos Estados Unidos, que tentou dissuadir os países de participarem (DOLLAR, 2015).

ligadas a inúmeros países – principalmente na região asiática, como abordado anteriormente – e é por isso que, com o surgimento e o avanço da Covid-19 no país, diversas cadeias de suprimentos foram afetadas com a redução – ou até mesmo interrupção – da produção manufatureira, além de uma diminuição na demanda doméstica como um todo, resultando em impactos econômicos negativos mundialmente (BALDWIN; DI MAURO, 2020). Dessa maneira, ainda é incerto qual será o desfecho dos efeitos da pandemia na economia global e no próprio funcionamento do Sistema internacional no médio a longo prazo, mas a importância e influência político-econômicas da China já são evidentes há alguns anos – e não dão indicativos de que irão diminuir nas próximas décadas.

4.2. DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS: BENEFÍCIO REAL OU APARENTE?

Desde 1970, com a abertura chinesa para os Estados Unidos e o mundo capitalista, a China buscou aplicar uma diplomacia de boa vizinhança e ampliar as relações diplomáticas para além do círculo dos países vizinhos – que, historicamente, são os maiores parceiros do país tanto econômica quanto politicamente –, procurando aliados e buscando tornar-se um ator de influência em outros continentes, como a Europa e a América Latina (BECARD, 2008). A partir desse período, e na posição de um país em desenvolvimento, a China preza por criar e manter relações com outros países em desenvolvimento – principalmente no que diz respeito às relações Sul-Sul –, gerando igualdade, benefícios mútuos e uma possível ascensão a posições mais vantajosas no sistema internacional, visto que cada país tem suas próprias vantagens comparativas e, como acreditava-se que a nova ordem internacional econômica ainda estava por ser estabelecida, seria benéfico ter relações com países que possuíssem vantagens comparativas distintas; assim, a América Latina faz parte dessa estratégia, tendo importância econômica, política e diplomática para o país, além de ser uma das formas de atingir uma ordem internacional mais justa – apoiando o continente em assuntos importantes, como no envolvimento da China no embate entre EUA e Cuba –, aumentar seus investimentos na região e desenvolver ambos os lados economicamente, pois suas economias são complementares (SHIXUE, 2006). Apesar do Chile ter sido o primeiro país a evoluir nas relações com a China, os líderes chineses tinham interesse em uma aproximação com o Brasil, o que é explicado por alguns fatores, segundo Biato Junior (2010):

- a) a crença de que este irá, inevitavelmente, vir a liderar a América Latina, muito devido à sua dimensão e expressão geográficas e demográficas e ao avanço industrial brasileiro;
- b) a convicção de que a aproximação entre os dois maiores países em desenvolvimento do Oeste e do Leste – Brasil e China, respectivamente – é naturalmente importante para ambos os países e para o sistema internacional em si e de que suas oportunidades e desafios econômicos são complementares⁷;
- c) o fato de partilharem da defesa de um sistema político internacional multilateral e de uma redução nas disparidades Norte-Sul, em busca de um cenário global equilibrado – o que significa, para os chineses, um menor peso e importância dos EUA no sistema internacional;
- d) a semelhança de políticas externas dos dois países, ambas de certa forma independentes e auto afirmativas, sendo que a China considerava que o Brasil não teria problemas em se contrapor aos EUA se necessário;
- e) o desejo por conhecer a experiência do desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente no decorrer dos anos 80, visto que, nos primeiros anos das reformas chinesas, ainda havia diversos setores economicamente atrasados em relação ao Brasil.

Nas palavras de Jiang Yuande, embaixador chinês no Brasil no período de 2002 a 2006, em entrevista concedida a Biato Junior (2010):

Havia uma vontade da China de aproximar-se do Brasil pelas similaridades de ‘experiência desenvolvimentista’ que ambos países partilhavam, pela grande expressão da economia brasileira, pela importância do Brasil como um ator político internacional e pelo reconhecimento também das boas perspectivas econômicas que tinha o Brasil pela frente, e de sua capacidade de tornar-se um mercado importante no futuro. [...] Sabíamos que o Brasil viria a ser importante para nós no médio e longo prazos, e estávamos prontos a ‘apostar’ nessa parceria como uma iniciativa de longo prazo (*apud* BIATO JUNIOR, 2010, p. 71).

Já para os brasileiros, a China era considerada um país que possibilitaria amplas oportunidades de progresso e de afirmação no plano internacional, e apesar de não compartilharem dessa visão estratégica no longo prazo que nem a China, viam nessa aproximação a primeira tentativa de se relacionar com um país que vinha crescendo e

⁷ A China possui escassos recursos naturais e dificuldade de produzir comida para alimentar sua população, precisando importar matéria prima; enquanto o Brasil possui extensos recursos naturais, mas dificuldade econômica para viabilizar os investimentos necessários para ampliar a produção agrícola eficiente – e, em contrapartida, a China dispõe de riqueza disponível para fomentar esta produção (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016).

possivelmente tornar-se-ia uma potência do Sistema internacional fora do eixo EUA-Europa-América Latina (BIATO JUNIOR, 2010). Mesmo os dois países estando inseridos em contextos geoestratégicos e geoeconômicos muito diversos, a convergência de interesses, desafios e oportunidades levou ambos a iniciarem um projeto de relação, que contou com diversos ensaios de aproximação por parte da China e uma visita do Vice-Presidente João Goulart em 1961 à convite do governo chinês ao país, da qual saíram inclusive algumas iniciativas comerciais; no entanto, estas foram interrompidas pelo golpe militar e a prisão dos integrantes de uma missão comercial chinesa realizada no Brasil para implementar tais iniciativas, pondo fim a qualquer relação bilateral pelos próximos 10 anos (BECARD, 2008; BIATO JUNIOR 2010). Foi apenas em 1974 que Brasil e China estabeleceram enfim relações diplomáticas pela primeira vez⁸, através da abertura das Embaixadas e Consulados em ambos os países, além de visitas dos presidentes brasileiros à China, ocorridas em 1984 e 88, e dos Primeiros-Ministros chineses ao Brasil, realizadas em 85 e 90 – que, em suma, mostravam a essência das relações bilaterais entre os países: baseadas na convergência de interesses no plano internacional (e, muitas vezes, nos próprios votos semelhantes dos países em fóruns multilaterais) e com o objetivo de buscar cooperação nas áreas econômicas, científicas e culturais (DELIANG, 2003; BRASIL, 2014).

As mudanças ocorridas nos primeiros anos da década de 1990 internamente no Brasil, politicamente e economicamente buscavam melhorar a situação de crise brasileira, mas acabaram não provocando melhorias nas oportunidades de inserção no sistema internacional num primeiro momento, apenas nos anos seguintes, o que fez com que o país fosse mais atrativo e capacitado à comunidade internacional, além das mudanças ocorridas no próprio sistema internacional com o fim da Guerra Fria e da União Soviética, as quais levaram a uma mudança na forma brasileira de ver o Leste Asiático, que agora era considerado como uma área de expressão estratégica no processo de inserção internacional do Brasil (OLIVEIRA, 2016). Contudo, devido às dificuldades econômicas brasileiras enfrentadas desde meados dos anos 80 – que seguiam gerando um aparente baixo nível de atratividade do Brasil para o exterior – e também pelas próprias relações bilaterais dos dois países – as quais eram compostas por mais adversidades que conquistas e encontravam-se em uma situação comercial com um modelo praticamente esgotado nos últimos anos –, não parecia e nem tinham indícios de que estas relações viriam a evoluir; no entanto, mesmo nesse contexto de

⁸ Cabe ressaltar que estas relações foram estabelecidas na vinda de uma missão comercial chinesa ao Brasil durante o Governo Geisel, num cenário de muitos obstáculos ideológicos e forte oposição militar (BIATO JUNIOR, 2010).

instabilidades e incertezas brasileiro, que acabou sendo ajudado pela conjuntura internacional que deixou a China numa posição difícil e levou-a a buscar a aproximação com grandes potências regionais, que, em 1993, a relação entre ambos países foi elevada a outro nível e denominada como uma parceria *estratégica*, sendo essa a primeira vez que os chineses usaram este termo para definir suas relações com outros países (BIATO JUNIOR, 2010).

Dessa forma, apesar da situação complicada em que a China se encontrava, os líderes do país conseguiram superar as dificuldades e o mundo assistiu seu crescimento econômico inédito, como abordado na seção anterior deste capítulo. Assim, devido à sua grande evolução financeira e comercial, o país passou a necessitar, além de um apoio político para defesa de interesses comuns internacionalmente que já era buscado anteriormente, de matérias-primas, recursos energéticos e mercados que consumissem os produtos exportados pelos países e fossem receptores dos investidores chineses (BECARD, 2008). E foram nessas necessidades que os países africanos e latino-americanos, principalmente o Brasil, encaixaram-se perfeitamente. Diante deste cenário, Cunha (2011) propõe a existência de duas principais visões de como o Brasil seria afetado e deveria agir: uma delas sendo mais otimista, que acredita que através da consolidação dessa possível nova ordem internacional descentralizada do poder estadunidense, o Brasil poderia vir a ser uma potência líder entre outros países em desenvolvimento da América do Sul e em parte da África, além de pensar que economicamente seria criado um vetor de dinamismo que levaria a ruptura do quadro de quase estagnação da economia gerado pela dívida externa e que a China serviria como uma alavanca para internacionalização dos setores produtivos; a segunda é uma visão considerada “pessimista”, a qual julga que a expansão da China na América do Sul e na África reduziria o potencial de internacionalização do Brasil e a sua importância nesses continentes e acredita que, no cenário econômico, existiria o risco de uma involução, que levaria o Brasil a uma situação semelhante a do início do século XX, com uma economia primordialmente primário-exportadora, e faria com que o país perdesse a densidade da estrutura industrial devido às pressões competitivas originadas pelos produtos e presença chineses.

A partir de 1994, enxergando o cenário internacional como uma oportunidade de avanço no desenvolvimento do Brasil, o país optou por tomar a dianteira na aproximação com os chineses, buscando iniciativas de cooperação bilateral em setores diversificados e em novas áreas, como saúde, informática e automação bancária, além de avançar naquelas que já haviam sido iniciadas em anos anteriores, como mineração e energia – uma demanda forte da China – e retomar outras que haviam sido interrompidas, como é o caso da área militar e de segurança; nesse mesmo contexto, os líderes de ambos países intensificaram seu diálogo

político, realizando múltiplas reuniões – incluindo uma visita do Presidente FHC à China⁹ – e deixaram claro o seu desejo de impulsionar, juntos, um diálogo político-multilateral nos fóruns internacionais – o que resultou, além da cooperação em si, na declaração pública de apoio do Brasil à entrada da China na OMC em 1995, mas que só viria a ser efetivada nos primeiros anos do século XXI (BIATO JUNIOR, 2010). Com isso, as relações comerciais que tinham esfriado nos últimos anos foram recuperadas, atingindo valores próximos aos que eram vistos em 1985 – aproximadamente U\$ 820 milhões em exportações e U\$ 460 milhões em importações (BECARD, 2011). Outrossim, a China reforçou mais uma vez, através das suas iniciativas nos anos seguintes, o objetivo de promover o desenvolvimento econômico-comercial e segurança internacional chineses através de parcerias com países em diferentes níveis de desenvolvimento, dando enfoque, nas relações com o Brasil – que concentra 30% do comércio exterior da China na América Latina –, para a obtenção de recursos primários e oportunidades de gerar investimentos na região que desenvolvessem as áreas de seu interesse, principalmente aquelas relacionadas à extração de matérias primas e construção de infraestrutura (BECARD, 2011). Contudo, nos últimos anos da década de 1990, houve uma nova desaceleração da parceria estratégica, devido a divergências em tópicos sensíveis como política interna e direitos humanos, além de um desencontro de expectativas sobre as relações, visto que o governo chinês encarava-as em uma visão de longo prazo e encontrava-se muito satisfeita com o estágio da mesma, enquanto o governo brasileiro esperava uma evolução e resultados mais imediatos, em contrapartida aos modestos resultados vistos nos primeiros anos de parceria estratégica – dando destaque à frustração pela falha tentativa de vender serviços à China –, fazendo com que o Brasil parecesse impaciente aos olhos da nação chinesa (BIATO JUNIOR, 2010).

Mesmo que a partir de 1995 já tivesse havido uma intensificação das importações chinesas de produtos brasileiros, crescendo 351,8% até 2005 – sendo que as importações da China como um todo haviam crescido 325% no mesmo período –, no começo do novo século, o país ainda não configurava nem entre os 10 principais destinos das exportações brasileiras, que ficavam concentradas – com exceção do Japão – entre os países das Américas e da Europa, o que contabilizava cerca de 66% das exportações totais do Brasil (POCHMANN, 2013). Foi apenas entre 2009 e 2010 que o cenário, que já vinha mudando consideravelmente,

⁹ Em 1993, o Presidente Jiang Zemin havia visitado o Brasil e, durante os próximos dois anos, nenhuma outra visita tinha sido feita entre os dois países, até o FHC retribuí-la em dezembro de 95 – cabe ressaltar que o último presidente brasileiro que havia ido à China tinha sido Sarney, em 1988 (BRASIL, 2014).

finalmente consolidou-se: as exportações sofreram uma grande desconcentração geográfica¹⁰, com os 10 principais destinos das exportações fugindo do eixo Américas-Europa, representando agora pouco mais que a metade do total de exportações e tendo a China já ocupando o primeiro lugar desta lista – o país absorveu 13,2% das exportações e originou 12,5% das importações, o que fez com que os EUA fossem deslocados para a segunda posição (BECARD, 2008; CUNHA, 2011; POCHMANN, 2013). Principalmente entre 2003 e 2008, a economia brasileira foi muito impulsionada pelo cenário internacional extremamente favorável – marcado pelo crescimento global, pelo aumento da demanda de várias *commodities* produzidas pelo Brasil, pela baixa inflação mundialmente e pela elevação de preços internacionais destas –, experimentando um extraordinário período de crescimento das exportações, que resultou em uma taxa média de crescimento anual de 22% nas exportações – para fins de comparação, no período de 1990 a 2002 essa mesma taxa havia sido 5,6% – e num volume recorde de U\$ 190 bilhões em 2008, ultrapassando em U\$ 120 bilhões o número visto no início desse *boom* nas exportações (HIRATUKA; SARTI, 2016). Ademais, entre os anos 2000 e 2006, houve um esforço do governo para diversificar a pauta exportadora brasileira, auxiliado pela demanda chinesa por produtos alimentícios mais sofisticados e o surgimento de novas oportunidades com o país, dando destaque a exportação, mesmo que temporária, de veículos e autopeças – graças a um contrato firmado pela General Motors com o governo chinês, em um momento de gargalo produtivo na China –, a gradual abertura à exportação de carne – que sofreu restrições e barreiras sanitárias – e a inserção de aeronaves brasileiras no mercado chinês através do Projeto Embraer – que apesar de ter sido bem sucedido, ao contrário de projetos anteriores em outros setores mais voltados para a tecnologia, necessitou de grandes esforços por parte da empresa e um apoio político ostensivo do governo, além do interesse chinês em sua concretização (BIATO JUNIOR, 2010). Já ao analisar as importações de produtos chineses, vê-se que também houve um crescimento, sendo esse expressivo entre 2007 e 2008, incentivado pela valorização cambial e o crescimento do mercado interno brasileiro – muito possibilitado pelas políticas trabalhistas, como já abordado anteriormente, e com uma demanda em especial por produtos manufaturados –, o que gerou uma maior competição interna entre produtos domésticos e importados, visto que os importados muitas vezes tinham um custo de produção inferior

¹⁰ No que se refere às exportações do agronegócio – um dos principais mercados do Brasil –, a Ásia foi o principal destino destas (30,1% do total), seguida pela União Europeia (que teve sua participação reduzida no último ano, mas manteve uma porcentagem ainda alta, de 26,7%) e pelo Oriente Médio (com participação de 10%), o que exemplifica essa desconcentração do eixo Europa-EUA para outros países e continentes (EXPORTAÇÕES..., 2011).

(HIRATUKA; SARTI, 2016). Mais especificamente ao observar as relações comerciais brasileiras com a China e com o BRICS como um todo, a maior parte das exportações do Brasil para países do grupo é composta por recursos naturais¹¹ e, no caso da China, mais de 60% dessas concentram-se em apenas quatro produtos, sendo esses: soja em grãos, minério de ferro, aglomerados de ferro e pasta química de madeira (BAUMANN; ARAUJO; FERREIRA, 2010). Além disso, através da análise da evolução de relações comerciais neste mesmo período de 2003 a 2008, fica claro que o país do grupo que mais aumentou o seu grau de importância no comércio externo brasileiro é a China – tanto em importações de produtos chineses, que competem com os produtos domésticos no mercado interno, quanto em exportações –, tendo o volume de comércio entre os dois países ido, aproximadamente, de U\$ 2 bilhões para U\$ 18 bilhões (nas exportações brasileiras) e de U\$ 1 bilhão para U\$ 20 bilhões (nas exportações chinesas)¹², enquanto, ao comparar com os outros países do BRICS, como a Rússia e a Índia, o aumento visto foi bem mais modesto – cerca de U\$ 3 bilhões e U\$ 1,5 bilhões, respectivamente (BAUMANN; ARAUJO; FERREIRA, 2010).

Mesmo com a crise financeira internacional de 2008, as relações entre Brasil-China tiveram apenas um pequeno recuo em 2009, mas que foi rapidamente recuperado, e entre 2010 e 2011 novos recordes no volume de exportações e importações entre os dois países haviam sido batidos, atingindo uma taxa de 14,5% de participação chinesa nas importações brasileiras – principalmente de manufaturados intensivos em trabalho e produtos intensivos em escala e fornecedores especializados; no entanto, o processo de diversificação da pauta de exportação brasileira acabou perdendo força e, em 2011, os produtos primários alcançaram 83,7% de participação no total de exportações para a China, sendo seguidos pelos produtos intensivos em recursos naturais com 10,3% – o que significa que apenas 6,1% das exportações foram de produtos manufaturados (HIRATUKA; SARTI, 2016). Também em 2011, a então presidenta Dilma Rousseff visitou a China e, desse encontro – que foi considerado um dos mais importantes do século atual –, foi gerada uma série de acordos e protocolos dos mais variados – comerciais, culturais, tecnológicos, científicos –, além de demonstrar o consenso de ambos líderes no desejo de aprofundamento da relações bilaterais

¹¹ As exportações brasileiras são majoritariamente de produtos básicos (cerca de 83%), com os minérios ocupando 40% e as oleaginosas 23%, enquanto as importações de produtos de alta tecnologia aumentaram abruptamente em poucos anos – U\$ 487 milhões nos anos 2000 para U\$ 10 bilhões em 2010 – e, mesmo desacelerando nos anos mais recentes, segue sendo parte significativa no total de importações (POCHMANN, 2013)

¹² A taxa de crescimento das relações Brasil-China foram maiores do que as próprias taxas de crescimento do comércio brasileiro total, com um aumento de participação significativo principalmente nas importações – de menos de 5% a cerca de 12% –, contrastando com a perda de espaço dos EUA (HIRATUKA; SARTI, 2016).

entre Brasil e China e de promover, em favor dos países em desenvolvimento, uma ordem econômica e política internacional mais equilibrada (MARTINS, 2011).

Ademais, outro ponto que merece destaque na história econômica recente brasileira – muito influenciada pelas relações bilaterais com a China –, é que o aumento significativo das importações de produtos de maior valor agregado desde o início do século tem provado um aumento da concorrência para com os produtos domésticos e no próprio setor industrial brasileiro como um todo, pois os produtos chineses possuem um conjunto de vantagens para manter o seu preço competitivo – contando com mão de obra barata, incentivos governamentais para reduzir o custo dos produtos e uma taxa de câmbio desvalorizada –, vantagens essas que a indústria local brasileira não possui (HIRATUKA; SARTI, 2016). Dessa maneira, nos últimos anos o Brasil tem perdido de forma contínua participação industrial na composição de sua pauta exportadora, muito explicada por essa incapacidade de concorrer com os valores dos produtos asiáticos e a consequente perda de competitividade do mercado doméstico (OLIVEIRA, 2016).

Em meados de 2012, as relações dos dois países mais uma vez foram elevadas a outro patamar – conforme comunicadas as intenções no ano anterior –, sendo considerada uma parceria estratégica global que desenvolveu e segue desenvolvendo cooperação significativa em áreas que envolvem, além de economia e comércio, setores de agricultura, aviação, finanças, infraestrutura, questões climáticas, entre outros (BAUMANN *et al.*, 2021). As trocas comerciais de produtos e serviços seguem aumentando – em 2018, o volume de comércio entre ambos atingiu, pela primeira vez, a marca de U\$ 100 bilhões – e a China vem sendo consecutivamente, desde que atingiu esse posto em 2009, a maior parceira comercial do Brasil, importando cerca de 30% das exportações agrícolas, 58% das exportações de petróleo bruto e 71,8% das exportações de minério de ferro do Brasil (dados de 2020); além disso, os governos vêm buscando uma maior troca no setor de serviços, com amplo espaço para maior desenvolvimento da estrutura dessa área de comércio, e procurado diversificar as pautas importadoras/exportadoras entre os países (BAUMANN *et al.*, 2021). No ano de 2021, representantes dos governos de Brasil e China se reuniram para reafirmar a parceria comercial e estratégica, deixando claro que ela foi resiliente e não só superou os percalços gerados pela pandemia da Covid-19, mas também se fortaleceu rapidamente, atingindo a marca de U\$ 115 bilhões ainda em outubro (BRASIL, 2021c). Na mesma oportunidade, os representantes abordaram também outros tópicos estratégicos, como sustentabilidade, energias renováveis, cooperação diplomática e investimentos em infraestrutura – assuntos recorrentes nas Cúpulas do BRICS (BRASIL, 2021c).

Os desafios que envolvem um maior aprofundamento das relações para além das comerciais são muitos: distância geográfica, diferenças culturais e linguísticas, assimetria tecnológica, *status quo* de cada país, entre outros, mas Martins (2011) considera que ainda tem enorme potencial de desenvolvimento, sendo apenas os primeiros passos de uma maratona por vir. Portanto, ao analisar a história recente das relações Brasil-China, em conjunto com as Declarações e iniciativas decorrentes das Cúpulas do BRICS, fica evidente que ambos os países possuem interesse no aprofundamento de relações e que os interesses econômicos convergentes levaram a uma intensificação do comércio entre os países, o que é um dos principais fatores que têm mantido a balança comercial brasileira superavitária. Entretanto, diversos questionamentos foram levantados acerca do efetivo potencial da relação entre os países e se essa aproximação é um benefício real para a economia e desenvolvimento brasileiros ou apenas aparente.

Sennes e Barbosa (2011) pressupõem que é pouco provável uma aproximação com a China a ponto de extrapolar o modelo de relação visto com outros países desenvolvidos e que é difícil ver as agendas bilaterais, regionais e globais de Brasil e China serem estabelecidas conjuntamente e convergirem de forma macro – assim, a tendência vista pelos autores é de existir sim um aprofundamento de relações, mas em diferentes níveis e arenas e com padrões bastante distintos entre si, gerando um relacionamento multifacetado e heterogêneo e respeitando áreas em que os países divergem e têm um maior distanciamento. Seguindo na mesma linha, Vieira, Buainain e Figueiredo (2016) acreditam que a relação Brasil-China está muito ligada ao abastecimento de produtos alimentícios para alimentar a imensa população chinesa e que se o Brasil continuar agindo de forma passiva, apenas aguardando pela dinâmica do mercado – como tem feito nos últimos anos, ao contrário da China que busca novas negociações –, e não organizar a logística e estruturas internas para ser mais atrativo aos investimentos e gerar um maior desenvolvimento tecnológico e inovações nos setores agrícolas, o país perderá competitividade e relevância no comércio internacional para outros países exportadores dos mesmos insumos, como Austrália e Nova Zelândia; assim, os autores defendem que para a relação entre os dois países ser benéfica, é necessário um maior planejamento para que haja entrada de investimentos chineses no país, diferente de só fornecer os produtos alimentícios conforme a demanda no curto prazo. Gonçalves (2011), por outro lado, acredita que a competitividade brasileira no setor agrícola é intrínseca ao Brasil, devido às suas condições naturais favoráveis, e que esses fatores não se esgotam nas fronteiras do país no continente – considerando, então, que uma maturação dos processos de integração no âmbito do Mercosul levará conseqüentemente a uma relação “América do Sul-China”, com

liderança brasileira do ponto de vista político e econômico –, além de levantar ainda a possibilidade da própria China tornar-se dependente das exportações brasileiras ou sul-americanas de produtos agrícolas.

Outro ponto relevante é a redução no saldo comercial industrial de outros países com o Brasil desde 2006, graças à importação de bens de capital. Especialmente com a China, este déficit industrial é ainda mais evidente, apresentado em todos os produtos da indústria de transformação, mas tendo seu maior déficit em produtos de alto valor adicionado com alta ou média-alta tecnologia – em suma, máquinas e equipamentos, matérias-primas industriais e componentes eletrônicos –, com destaque para o setor de siderurgia, que já foi parte significativa da pauta exportadora do Brasil para a China anteriormente e hoje representa menos de 1%, mostrando uma concentração em produtos básicos e importação de produtos mais avançados (SENNE; BARBOSA, 2011). Hiratuka e Sarti (2016) acrescentam que o dinamismo do mercado chinês e a conseqüente crescente vantagem competitiva dos produtos provenientes desse, aliado a valorização cambial do real, têm gerado um maior deslocamento de produção industrial doméstica e uma assimetria preocupante, sendo necessárias políticas setoriais, que busquem aumentar o grau de complementaridade entre aqueles manufatureiros e aqueles produtores de *commodities*, e políticas cambiais que barrem a valorização da moeda brasileira, para que assim a indústria não seja afetada e tenha mais força competitiva no mercado interno contra os produtos oriundos da China. Com isso, consolida-se cada vez mais a dependência brasileira de importação de tecnologia e produtos finalizados, enquanto exportam-se majoritariamente *commodities*, cujos preços dependem do mercado internacional e da variação do câmbio e, conseqüentemente, são mais instáveis; contudo, Sennes e Barbosa (2011) acreditam que a penetração das importações chinesas na indústria de transformação brasileira e a crescente presença da China na estrutura da oferta de bens importados não é capaz, por si só, de gerar uma desindustrialização, mas sim de gerar uma pressão em todos os setores de produção para uma maior especialização e uma menor densidade do parque industrial, visto que com a dimensão do mercado interno brasileiro, a coerência industrial e as diversas políticas macro e microeconômicas realizadas pelo governo, o impacto demandado para gerar de fato uma desindustrialização completa precisaria ser maior.

Além disso, Oliveira (2016) defende que para analisar se há ou não uma desindustrialização, precisa-se entender o conceito dela, considerando que, no caso dessa representar uma diminuição da indústria na composição do PIB, é inegável que o processo está ocorrendo – ainda que sua origem não tenha associação alguma com a presença da China no Brasil, visto que tem acontecido historicamente desde aproximadamente 1980 (antes

mesmo do *status* de parceria estratégica). Outrossim, Bonelli e Pêsoa (2010) acrescentam ao debate que, historicamente, a perda de peso industrial brasileiro ocorre sempre associada a momentos de recessão internas e/ou de crises externas ao país – com exceção daquela vista no período pré-crise financeira global –, o que é explicado pela elasticidade dos bens de produção industriais em relação à renda, fazendo com que nas fases de prosperidade, a indústria tenha mais relevância e, em contrapartida, nas fases de estagnação, veja-se uma redução de participação; no entanto, eles sugerem que exista cautela em relação aos riscos do Brasil adentrar, de fato, em uma desindustrialização, visto que o país entrou, no período, em uma fase econômica de déficits de transações correntes que poderia vir a evoluir em uma perda significativa industrial. Ademais, os autores ressaltam que, globalmente, existiu nas últimas décadas uma tendência à perda de peso da importância relativa da indústria na economia e uma queda da participação média da indústria de transformação no PIB mundial, ocorrida mesmo com a ativa participação dos países emergentes asiáticos – inclusive a própria China –, que estão intensamente inseridos em CGVs e possuem uma participação industrial significativamente acima daquela vista em outros países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, mas também viram uma queda na participação da indústria no PIB.

Já Cano (2012) defende que a desindustrialização está ocorrendo de forma precoce e nociva, elencando cinco principais motivos para isso:

- a) a política de valorização do câmbio instaurada desde o Plano Real, que gera perda para a indústria nacional de competitividade internacional;
- b) a abertura comercial desregrada, com a redução de tarifas e outras medidas que antes protegiam a indústria desde o governo Sarney – e aprofundada em políticas governamentais seguintes;
- c) a taxa de juros elevada, levando a uma inibição dos investimentos – que, conseqüentemente, gera uma indústria obsoleta e estagnada;
- d) apesar do crescimento em números absolutos, a participação do IDE nas atividades industriais diminuíra, provavelmente devido à estagnação dessa¹³, resultando em uma ainda maior perda de competitividade e aumento de importações de bens industriais, e afetando ainda mais os investimentos produtivos do setor;

¹³ Ao mesmo tempo, o continente asiático ascendeu industrialmente graças a sua mão de obra barata, câmbio desvalorizado e alta competitividade; dessa forma, e auxiliada pela grande participação nas CGVs, grande parte do fluxo de IDE foi migrado para a China (CANO, 2012)

- e) a desaceleração da economia mundial como um todo, não só na participação da indústria, conforme mencionado anteriormente por Bonelli e Pêsoa (2010), mas com o próprio crescimento médio PIB caindo.

O autor também cita outros fatores agravantes do cenário, como a aproximação comercial entre Brasil-China, que resultou em uma relação próxima da forma clássica de centro-periferia, mas que ao mesmo tempo é um parceiro essencial para o nosso comércio total, e a reprimarização da pauta exportadora brasileira, que conta com uma redução na participação dos manufaturados nas exportações de 60,7% para 36,8% entre os anos 2000 e 2011 – o que leva, num geral, a uma perda da capacidade da indústria e uma maior necessidade por importação de bens de capital, consumo duráveis (principalmente) e não duráveis e bens intermediários, quebrando ou debilitando cada vez mais as cadeias produtivas de várias empresas.

Portanto, é notável que o Brasil se encontra praticamente em um ciclo vicioso. As políticas cambiais e monetárias criadas em governos brasileiros ainda no século XX contribuíram para uma abertura da economia com uma indústria que ainda não estava consolidada e preparada para a competição internacional, visto que os custos de produção ainda eram altos em comparação aos importados. Ademais, a ascensão da região asiática e da China como potência, que ocorreu no mesmo período, contribuiu com que os principais investimentos internacionais fossem direcionados para esses países, que se apoiam fortemente em CGVs consolidadas para garantir baixos custos e uma competitividade quase imbatível, com a China concentrando as etapas finais de produção – em comparação a indústria pouco competitiva brasileira, inserida em uma quantidade irrisória de CGVs e, nas poucas em que participa, apenas em etapas iniciais de baixo valor agregado. Com a combinação desses fatores, houve uma desestabilização das cadeias produtivas e uma redução da participação da indústria brasileira, que, aliada a alta demanda do mercado interno, fez com que o Brasil importasse bens de maior valor, intensificando ainda mais a competitividade que a indústria local enfrentava e resultando na reprimarização da pauta exportadora brasileira. No entanto, é necessário ressaltar que o Brasil aproveitou e engajou na grande oportunidade que tinha com a aproximação da China, mesmo que isso significasse uma maior desindustrialização, fornecendo os insumos que eram necessários para o país e tendo nos chineses um grande apoio comercial e político, ainda mais quando associado ao BRICS.

5 CONCLUSÃO

Com o fim da Guerra Fria e o começo da nova ordem internacional, o mundo que antes era marcado por uma conjuntura dividida entre aliados dos Estados Unidos e aliados da União Soviética – tendo ainda parte da comunidade internacional tentando balancear de forma estratégica as relações com ambas as superpotências –, agora encontrava-se em um cenário bem diferente, contando com apenas uma grande superpotência incontestável, uma maior globalização econômica e cultural do que se via anteriormente, e diversos países emergentes que buscavam afirmar a sua relevância e o seu espaço dentro do sistema internacional. E foi nesse contexto, apenas alguns anos depois do fim da Guerra Fria, que Jim O’Neill notou o potencial crescimento de quatro países em específico: Brasil, Rússia, Índia e China – citando pela primeira vez o acrônimo BRIC e chamando a atenção do restante da comunidade internacional para esse grupo.

Desde o início do século XXI, a China já se destacava devido ao seu crescimento incrivelmente alto, e ainda mais quando o país iniciou a traçar seu caminho para a ascensão e consolidação como uma grande potência do sistema internacional, com crescente influência no âmbito político e diplomático. Além disso, as economias de Brasil, Índia e Rússia que também passaram a ser observadas com maior atenção graças ao estudo da *Goldman Sachs*, tinham na sua história recente um maior desenvolvimento econômico e grandes perspectivas para o futuro. Dessa forma, quando essas quatro potências emergentes transformaram o acrônimo em um grupo que de fato existia concretamente e reunia-se anualmente para alinhar sobre seus interesses econômicos, políticos e diplomáticos, diversos pesquisadores e até mesmo integrantes de governos de outros países tiveram sua curiosidade despertada sobre o futuro desse grupo que se reunia oficialmente pela primeira vez em junho de 2009, para realizar a I Cúpula do BRIC.

O interesse foi ainda mais acentuado graças ao contexto em que se deu o início das relações formais do grupo, que era de grande incerteza econômica internacional, pois o mundo havia sido abalado pela grande crise financeira de 2008 e ainda estava sofrendo as consequências, recuperando-se lentamente. A crise, ao contrário do que muitos economistas e estudiosos pensavam, abalou a comunidade internacional como um todo, muito devido às CGVs e a conseqüente maior conexão das cadeias produtivas entre países de continentes diversos – incluindo aqui também os países do BRIC; contudo, com exceção da Rússia, esses encontravam-se num maior superávit econômico, tornando mais fácil a gestão da crise e a recuperação econômica deles – principalmente no caso da China, que redirecionou as suas

exportações para outros países emergentes, como o próprio Brasil, e desacelerou o seu crescimento, de forma a conter os impactos da crise enquanto ainda ascendia ao grupo de maiores economias do mundo, o que se concretizou em 2010 quando o país ultrapassou o Japão e ocupou a segunda posição desse ranking econômico. Foi, inclusive, nesse mesmo período que a China assumiu a posição que antes era dos EUA como o maior parceiro comercial do Brasil, não saindo desde então.

Em 2011, a formalização da entrada da África do Sul no grupo, que transformou o grupo de BRIC para BRICS, foi também uma exposição da intenção do grupo de consolidar-se como uma alternativa aos principais fóruns internacionais não só através de aproximação comercial, mas também como um instrumento financeiro, político e diplomático do sistema. Desde o seu início, o grupo tem feito Cúpulas anuais, reforçando seu compromisso com a maior representação de países em desenvolvimento – e, em seus pormenores, a redução da importância estadunidense –, o foco em fóruns mais abrangentes e liderando diferentes iniciativas nas mais diversas áreas de cooperação. Dentro dessas iniciativas, o principal destaque é o NBD, que é a concretização do desejo do grupo em desenvolver a infraestrutura daqueles países que não tem tanto auxílio da comunidade internacional e já conta com alguns projetos de financiamento aprovados nos membros fundadores, e o ACR, para ajudar esses mesmos países financeiramente de uma forma menos nociva que o FMI – órgão duramente criticado pelo BRICS. Assim, ao se analisar a evolução do BRICS e da participação do Brasil nos fóruns multilaterais, conclui-se que é possível constatar que a hipótese central inicial se verifica, visto que o país tem ocupado novos espaços na política internacional e houve um maior estreitamento de relações entre os países do grupo, principalmente quando se fala de Brasil e China.

Durante o período e mesmo enfrentando a crise financeira, Brasil e China tiveram a oportunidade de intensificar as relações bilaterais iniciadas anteriormente, atingindo recordes no volume comercial entre os países e sempre buscando, através de reuniões e acordos provenientes dessas, o desejo de promover cooperação em áreas variadas e uma ordem internacional mais equilibrada. No entanto, a perda da participação da industrialização nas exportações brasileiras preocupa diversos estudiosos e, por isso, foram expostas diversas análises propostas por pontos de vista diferentes – que, na verdade, acabam por complementar-se, visto que cada ação e oportunidade acaba desencadeando outra na história recente das relações entre os países. Assim, o Brasil mostra-se um país que tem sim diminuído as exportações de maior relevância industrial e não participa de muitas CGVs, o que reduz a sua competitividade em mercados internacionais e até no interno, levando a uma maior

importação de produtos de valor agregado, primordialmente da China que é intensamente inserida nas CGVs da região asiática e possui custos altamente competitivos. Portanto, a hipótese secundária acaba sendo também verificada, já que apesar de ter existido uma evolução significativa da parceria econômica entre o Brasil e a China, o Brasil continua ocupando uma posição de fornecedor de produtos primários na dinâmica do comércio internacional, pouco desenvolvendo a sua indústria.

Assim como as opiniões acerca do real benefício da maior aproximação do Brasil e da China, as opiniões sobre o engajamento do BRICS e o quanto ele pode ser de fato efetivo em mudar a maneira que o sistema internacional se comporta hoje também são das mais variadas, tendo autores que defendem que o grupo é superestimado desde o começo e que ele não vai conseguir propor nada efetivo, outros que acreditam que o grupo não veio pra ficar e sim para transformar a relação entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos e que, uma vez que essa missão tiver sido concluída, ele deixará de existir, e ainda aqueles que entendem que as assimetrias econômicas e políticas existem, mas pensam que o grupo vai conseguir superá-las para atingir objetivos maiores, mesmo que sem concordar completamente em todos os aspectos. No entanto, apesar de todas as análises trabalhadas anteriormente, o futuro das relações entre os países do BRICS, encontram-se em um momento de muita incerteza, visto que, desde a invasão à Ucrânia que originou uma guerra, a Rússia tem sofrido diversas sanções por diversos países da comunidade internacional – principalmente EUA, Reino Unido e União Europeia; dentre essas, temos sanções a instituições financeiras e empresas estatais russas, funcionários de governo russos e seus familiares, bens militares, voos originários da Rússia, bens de luxo – como carros, itens de moda e arte – e, inclusive, líderes de negócios bem sucedidos que são considerados próximos ao governo, além dos países estarem restringindo as importações que eram feitas de produtos originários da Rússia, como petróleo e gás, e de grandes empresas multinacionais estarem encerrando operações no país, por exemplo McDonald's, Coca-Cola e Starbucks (WHAT SANCTIONS..., 2022). A China, por outro lado, não deu indícios de que irá romper relações comerciais com a Rússia, e tem, inclusive, aumentado seu comércio nos primeiros meses de 2022 (em relação ao mesmo período de 2021); no entanto, o fato de não romper relações comerciais e financeiras seria o único apoio vindo da China, que diz não ter enviado bens militares para a Rússia – apesar das acusações estadunidenses (WANG; SONG, 2022).

Dessa forma, tendo em vista tais sanções contra um país pertencente do BRICS, os próximos meses serão essenciais para entender quais serão os impactos disso no grupo. Atualmente, a realização da Cúpula anual do BRICS poderia ser vista com maus olhos pela

comunidade internacional, e a associação com a Rússia pode levar a uma represália e a uma extensão das sanções aplicadas à Rússia e ao resto do BRICS, dependendo de quais serão os próximos eventos da guerra e como essa terminará. Ao mesmo tempo, pela aproximação e fortalecimento do grupo seria esperado que os países apoiassem a Rússia contra as sanções e mantivessem as relações apesar da opinião internacional, então a não associação ao país pode levar Putin a entender que o restante do grupo está contra a Rússia e não só levar ao fim do grupo, como também gerar as represálias prometidas pelo presidente a todos que se opusessem a guerra ou auxiliassem a Ucrânia de alguma forma. Além disso, a China pode vir a apoiar de forma mais intensa os russos e ainda aproveitar o pretexto e a instabilidade internacional para iniciar uma operação militar para anexar Taiwan ao território chinês, desejo do país há mais de 50 anos. Os resultados dessa guerra podem ser muitos, e irão gerar desdobramentos e inúmeros estudos serão necessários para analisar todos os impactos que serão causados no sistema internacional, estando o BRICS incluso nisso.

Portanto, ficam incertas as perspectivas futuras para o grupo – que além de dependerem de como o sistema internacional e as grandes potências vão se comportar com o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia e ao longo dos próximos anos, dependem também de que forma são interpretadas, pelos países de fora do BRICS, as ações realizadas nas áreas de cooperação do grupo e o alinhamento de forças em fóruns internacionais. Ademais, junto com o estreitamento de relações entre as nações que fazem parte do grupo e apesar do momento instável internacionalmente, a China se consolida, quase que paralelamente, como a maior parceira comercial do Brasil incontestavelmente, e tem aumentado as negociações no âmbito estratégico. Coube a análise, contudo, se essa aproximação teria sido positiva, visto que as relações comerciais aumentaram através de um aumento nas importações de produtos de alta tecnologia e nas exportações de baixo teor tecnológico, principalmente voltado para as commodities, entendendo-se que, apesar de ter gerado uma reprimarização da pauta exportadora, foi uma oportunidade apresentada ao Brasil de crescer o comércio exterior e internacionalizar o país através do apoio de uma grande potência.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana; CARDOSO, Hugo Roth. Os BRIC e o G20 financeiro. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 7, n. 60, maio 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1090:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 17 mar. 2022.
- AHMAD, Nadim. Estimating trade in value-added: why and how? *In*: ELMS, Deborah K.; LOW, Patrick (ed.). **Global value chains in a changing world**. Geneva: WTO Publications, 2013. p. 85-108. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/aid4tradeglobalvalue13_e.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.
- ALMEIDA, Mansueto. Política industrial e crescimento. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5218>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- AMARAL, Sérgio. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 417-430. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.
- AMORIM, Celso. Os BRICS e a reorganização do mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2008. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0806200807.htm>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- ANDRADE, Daniel. **Fatores condicionantes do crescimento econômico de longo prazo na China**: aspectos teóricos e investigação empírica. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13532>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- BACKER, Koen De; MIROUDOT, Sébastien. **Mapping global value chains**. Frankfurt: European Central Bank, 2014. (Working Paper Series, n. 1677) Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp1677.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- BALDWIN, Richard; DI MAURO, Beatrice. Introduction. *In*: BALDWIN, Richard; DI MAURO, Beatrice (ed.). **Economics in the Time of COVID-19**. London: CEPR, 2020. p. 1-29. Disponível em: <https://voxeu.org/content/economics-time-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BARBOSA, Nelson; SOUZA, José. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. *In*: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). **Brasil, entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010, p. 57-110.
- BARBOSA, Nelson. O problema das três regras fiscais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 30 maio 2019. Observatório da Economia Contemporânea. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-problema-das-tres-regras-fiscais/>. Acesso em 7 mar. 2022.
- BAUMANN, Renato; PINELI, André. O Brasil e as cadeias globais de valor. *In*: MONASTERIO, Leonardo; NERI, Marcelo; SOARES, Sergei. (ed.). **Brasil em**

desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014. p. 399-416. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3625>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BAUMANN, Renato *et al.* **BRICS: Estudos e Documentos.** Brasília: FUNAG, 2015, p. 21-54. (Coleção Relações internacionais).

BAUMANN, Renato. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. *In:* BAUMANN, Renato *et al.* **BRICS: Estudos e Documentos.** Brasília: FUNAG, 2015, p. 21-54. (Coleção Relações internacionais).

BAUMANN, Renato; ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. As relações comerciais do Brasil com os demais BRICs. *In:* BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política.** Brasília: IPEA; CEPAL, 2010, p. 9-46.

BAUMANN, Renato *et al.* **Research for Investment Cooperation between Brazil and China.** Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&&view=article&&id=38698&&Itemid=457. Acesso em: 08 abr. 2022.

BECARD, Danielly. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004).** Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-836-brasil_e_a_republica_popular_da_china_politica_externa_comparada_e_relacoes_bilaterais_1974_2004_o. Acesso em: 03 abr. 2022.

BECARD, Danielly. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400004>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006).** Brasília: Funag, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência.** Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 2010 (Texto para Discussão, n. 7). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%c3%a7%c3%a3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015. Promulga o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil, a Federação da Rússia, a República da Índia, a República Popular da China e a República da África do Sul, firmado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014. 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8624.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Itamaraty. **BRICS Brasil**, 2019b. Disponível em <http://BRICS2019.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura**, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação entre Brasil e China provou ter resiliência na pandemia, afirma João Rossi**, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/relacao-entre-brasil-e-china-provou-ter-resiliencia-na-pandemia-afirma-joao-rossi>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE. **República Popular da China**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **VII Cúpula do BRICS** – Declaração de Ufá, 2015b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **IX Cúpula do BRICS** – Declaração de Xiamen, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017. Acesso em: 18 mar. 2022

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **X Cúpula do BRICS** – Declaração de Joanesburgo, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **XI Cúpula do BRICS** – Declaração de Brasília, 2019a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **XII Cúpula do BRICS** – Declaração de Moscou, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **XIII Cúpula do BRICS** – Declaração de Nova Delhi, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRÜTSCH, Christian; PAPA, Mihaela. Deconstructing the BRICS: Bargaining, Coalition, Imagined Community or Geopolitical Fad? **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 6, n. 3, p. 299-327, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/6/3/299/377414?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 28 mar. 2022.

- CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia da. **Política industrial do governo Lula**. Campinas: IE/Unicamp, 2011 (Texto para Discussão, n. 181). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1811/texto181.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 832-851, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- CASTRO, Fabrício. O que Guedes e Bolsonaro fizeram pela economia até agora? Analistas avaliam. **UOL Economia**, Brasília, 27 dez. 2021. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/27/reforma-da-previdencia-e-maior-legado-de-guedes-dizem-economistas.htm>. Acesso em: 9 mar. 2022.
- CARLEIAL, Lina. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- CARVALHO, Lorena; COSTA FILHO, Samuel. Ajuste fiscal na economia brasileira a partir de 2014. In: PADRÕES E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, 6., 2019, Araraquara. **Anais [...]**. São Paulo: UNESP, 2019. p. 219-238. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/Economia/anais---vi-encontro-da-pos-unesp-2019.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.
- CHAGAS, Gabriela. As tensões entre China e Índia: disputas territoriais e rivalidade histórica. **NEBRICS**, 06 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/as-tensoes-entre-china-e-india-disputas-territoriais-e-rivalidade-historica/>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- CHENOY, Anuradha *et al.* Looking Across BRICS: An Emerging International Development Agenda? In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016, p. 207-242.
- CONTRI, André Luis. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014. Disponível em: <http://200.198.145.164/index.php/indicadores/article/view/3074>. Acesso em 7 mar. 2022.
- COZENDEY, Carlos Márcio. BRIC a BRICS em um mundo de transição. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 157-170. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CUNHA, André. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 9-29, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400003>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- DAMICO, Flávio. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p. 55-78. (Coleção Relações internacionais).

DATHEIN, Ricardo. Economia da África do Sul: a convivência entre o moderno e o atraso ou os desafios do rompimento com as estruturas sociais determinadas pela história. *In*: VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia (org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG, 2010. p. 99-117. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

DELIANG, Shang. Cooperação política entre China e Brasil *versus* multipolarização. *In*: GUIMARÃES, Samuel (org.). **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003, p. 291-308.

DOLLAR, David. China's Rise as a Regional and Global Power. **Horizons**, Belgrade, n. 4, p. 162-172, jun. 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48573566>. Acesso em: 29 mar. 2022.

DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. **Glória incerta: A Índia e suas contradições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

EDWARDS, Lawrence; LAWRENCE, Robert. South African Trade Policy Matters: Trade Performance & Trade Policy. **CID Working Paper**, n. 135, Center for International Development at Harvard University, 2006.

EXPORTAÇÕES do agronegócio brasileiro em 2010 registram novo recorde. **Canal Rural**, São Paulo, 12 de jan. 2011. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/exportacoes-agronegocio-brasileiro-2010-registram-novo-recorde-18258/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista de economia heterodoxa**, Rio de Janeiro, n. 8, ano 6, p. 77-106, 2007. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FONSECA JUNIOR, Gelson. BRICS: notas e questões. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 21-46. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, London, v. 12, n. 1, p. 78-104, fev. 2005.

GONÇALVES, José. Brasil e China, sócios ou rivais? *In*: FAZZIO, Adalberto et al. **Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades**. Brasília: FUNAG, 2011, p. 81-88. Disponível em: <https://bit.ly/3LQV9MM>. Acesso em: 09 abr. 2022.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **A BRICS Development Bank: a dream coming true?** New York: United Nations, 2014 (Discussion Papers, n. 215). Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/osgdp20141_en.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e Investimento Direto Estrangeiro. In: ALBUQUERQUE, José; FERREIRA, Leila (ed.). **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83-98, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/6>. Acesso em: 02 abr. 2022.

HOOIJMAAIJERS, Bas. China, the BRICS, and the limitations of reshaping global economic governance. **The Pacific Review**, London, v. 34, n. 1, p. 29-55, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2019.1649298>. Acesso em: 26 mar. 2022.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias, Brasília, 28 dez. 2016. Da Redação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 6 mar. 2022.

INDEX MUNDI. **Preços das Mercadorias**: Petróleo bruto Brent, [2022]. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%EF0s-de-mercado/?mercadoria=petr%c3%b3leo-bruto-brent&meses=360>. Acesso em: 25 fev. 2022

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **World Economic Outlook Update**. WEO. January 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo>. Acesso em: 7 mar. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **World Economic Outlook Update**. WEO. July 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo>. Acesso em: 7 mar. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **World Economic Outlook Update**. WEO. April 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo>. Acesso em: 7 mar. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Conheça os BRICS**, 2014. Disponível em <https://bit.ly/3undx92>. Acesso em: 17 mar. 2022.

JIMÉNEZ, Carla. Governo acena com medidas para retomar a confiança na economia. **El País**, São Paulo, 15 set. 2014. Economia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/16/economia/1410822508_997337.html. Acesso em 5 mar. 2022.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KOOPMAN, Robert *et al.* **Give Credit Where Credit is Due**: Tracing Value Added in Global Production Chains. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2010. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w16426>. Acesso em: 22 fev. 2022.

LUNKES, Daniela. Declaração de Goa. **NEBRICS**, 18 out. 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/declaracao-de-goa/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MANZI, Rafael Henrique. A economia da Rússia no século 21: as dinâmicas da ascensão econômica e da relativa estagnação após a crise global de 2008. **Revista Carta**

Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 94-122, 2018. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/768/387>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MANZI, Rafael Henrique. Economic globalization in the global post-crisis of 2008: limits and deadlocks. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 3, p. 470-484, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2922>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MARCHESAN, Ricardo. O caminho da reforma. **UOL Economia**, São Paulo, 23 out. 2019. Reportagens Especiais. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/o-caminho-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em 7 mar. 2022.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. **Coleção PROPG Digital (UNESP)**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138609>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MARTINS, Jayme. Brasil-China: Desafios e Oportunidades. In: FAZZIO, Adalberto et al. **Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades**. Brasília: FUNAG, 2011, p. 89-106. Disponível em: <https://bit.ly/3LQV9MM>. Acesso em: 09 abr. 2022.

MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEDEIROS, Carlos. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 3, p. 281-400, julho-set. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000300004>. Acesso em 05 mar. 2022.

NASSIF, André. **A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?** Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento, 2006. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13895>. Acesso em: 25 fev. 2022.

NAUGHTON, Barry. The Dynamics of China's Reform-Era Economy. In: WOMACK, Brantly (ed.). **China's Rise in Historical Perspective**. Lanham: Rowmann & Littlefield Publishers, 2010, p. 129-148.

OLIVEIRA, Henrique de. Brasil-China: Uma parceria predatória ou cooperativa? In: ALBUQUERQUE, José; FERREIRA, Leila (ed.). **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 143-160, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/6>. Acesso em: 28 mar. 2022.

O'NEILL, Jim (Goldman Sachs). **Building Better Global Economic BRICS**. 66. ed. New York: Gs Global Economics Website, 2001. 16 p.

PANT, Harsh. The BRICS Fallacy. **The Washington Quarterly**, Washington, v.36, n.3, p. 91-105, out. 2013.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132423>. Acesso em: 7 mar. 2022.

PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação. **Senado Notícias**, Brasília, 13 dez. 2016. Da Redação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em: 6 mar. 2022.

PINHEIRO, Mauricio. Abertura, Inserção nas Cadeias Globais de Valor e a Política Industrial Brasileira. *In: NEVES, Leonardo (org.). A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor*. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014.

POCHMANN, Marcio. Relações Comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países dos BRICS. *In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 201-220. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

POMERANZ, Lenina. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. *In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 171-184. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

PRATES, Daniela; FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz Fernando de. **O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise?** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2019 (Texto para Discussão, n. 009). Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_009_2019_PRATES_FRITZ_de%20PAULA.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: Surgimento e Evolução. *In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 47-72. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022

ROBINSON, David. Macroeconomic Policymaking. *In: OWEN, David; Robinson, David O. Russia Rebounds*. Washington: International Monetary Fund, 2003, p. 25-56. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/books/071/06039-9781589062078-en/06039-9781589062078-en-book.xml>. Acesso em: 24 fev. 2022.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. **A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o future do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; GOULART, Jefferson. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316246001>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANCHES, Mariana. Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para a invasão da Ucrânia. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60518951>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros**. Campinas: IE/Unicamp, 2011 (Texto para Discussão, n. 187).

SCHAEFER, Mark; POFFENBARGER, John. **The formation of the BRICS and its implication for the United States**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

SENES, Ricardo; BARBOSA, Alexandre. China-Brasil: Uma Relação Multifacetada e Dinâmica. *In*: FAZZIO, Adalberto et al. **Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades**. Brasília: FUNAG, 2011, p. 107-136. Disponível em: <https://bit.ly/3LQV9MM>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SHIXUE, Jiang. Recent Development of Sino-Latin American Relations and its Implications. **Revista de Estudios Internacionales**, Santiago, v. 38, n. 152, p. 19-41, janeiro-mar. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41391855>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SILVA, Henrique. **O processo de desindustrialização: uma avaliação sob a perspectiva da economia brasileira (1990-2010)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96208/301891.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2022.

STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the Future of Global Order**. 2nd ed. London: Lexington Books, 2020.

STUENKEL, Oliver. Brasil, BRICS e os desafios globais. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 359-374. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

TEIXEIRA, Rodrigo; PINTO, Eduardo. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v.21, n. especial, p. 909-941, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>. Acesso em: 03 mar. 2022.

THE TRILLION-DOLLAR club. **The Economist**, London, 17 abr. 2010. International. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2010/04/15/the-trillion-dollar-club>. Acesso em: 21 mar. 2022.

TOMÉ, Luís. **O Estado e a Nova Ordem Internacional – entre a fragmentação e a globalização**. Lisboa: EdiUAL, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/1769>. Acesso em: 27 fev 2022.

VIEIRA, Pedro; BUAINAIN, Antônio M.; FIGUEIREDO, Eliana. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? *In*: ALBUQUERQUE, José; FERREIRA, Leila (ed.). **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 51-81, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/6>. Acesso em: 02 abr. 2022.

VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). *In*: VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia (org.). **África do Sul:**

História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG, 2010. p. 65-96. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

VISENTINI, Paulo *et al.* **BRICS**: as potências emergentes. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VISENTINI, Paulo. China, potência emergente: pivô da transformação mundial. *In*: VISENTINI, Paulo *et al.* **BRICS**: as potências emergentes. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 39-76.

VISENTINI, Paulo. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 267-292. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

WANG, Kai; SONG, Wanyuan. Ukraine war: What support is China offering Russia? **BBC News**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/60571253>. Acesso em: 11 abr. 2022.

WHAT SANCTIONS are being imposed on Russia over Ukraine invasion? **BBC News**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-60125659>. Acesso em: 11 abr. 2022.

WOOD JUNIOR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6-18, setembro/outubro 1992. Disponível em: www.scielo.br/j/rae/a/nYfcsD8bM6xQtCMFztp9ZDz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 fev. 2022.pdf. Acesso em: 25 fev 2022.

WORLD BANK. **GDP (current US\$)**: China, Russian Federation, South Africa, Brazil, India. [2022]. Disponível em: <https://bit.ly/3puNjji>. Acesso em: 23 fev. 2022.